


DIFEL

ANGELA DAVIS

A DEMOCRACIA DA ABOLIÇÃO

PARA ALÉM DO IMPÉRIO, DAS PRISÕES E DA TORTURA



ANGELA DAVIS

A DEMOCRACIA DA ABOLIÇÃO

PARA ALÉM DO IMPÉRIO, DAS
PRISÕES E DA TORTURA

Tradução
Artur Neves Teixeira

2ª edição


DIFEL
Rio de Janeiro | 2019

Copyright © 2005 by Angela Y. Davis. Publicado originalmente pela Seven Stories Press, N.Y., USA.
Título original: *Abolition Democracy*
2019
Produzido no Brasil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

Davis, Angela
D292d
A democracia da abolição [recurso eletrônico] : para além do império, das prisões e da tortura / Angela Davis ; tradução Artur Neves Teixeira. - 1. ed. - Rio de Janeiro : Difel, 2019.
recurso digital

Tradução de: Abolition democracy
Formato: epub
Requisitos do sistema: adobe digital editions
Modo de acesso: world wide web
ISBN 978-85-7432-154-7 (recurso eletrônico)

1. Ciências sociais. 2. Negros - Estados Unidos. 3. Racismo - Estados Unidos. 4. Tortura - Estados Unidos. 5. Estados Unidos - Relações raciais. 6. Livros eletrônicos. I. Teixeira, Artur Neves. II. Título.

19-56770

CDD: 305.80973
CDU: 316.347(73)

Vanessa Mafra Xavier Salgado - Bibliotecária - CRB-7/6644

Todos os direitos reservados. Não é permitida a reprodução total ou parcial desta obra, por quaisquer meios, sem a prévia autorização por escrito da Editora.

Direitos exclusivos de publicação em língua portuguesa somente para o Brasil adquiridos pela:

DIFEL – selo editorial da

EDITORA BERTRAND BRASIL LTDA.

Rua Argentina, 171 – 3º andar – São Cristóvão

20921-380 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (21) 2585-2000 – Fax: (21) 2585-2084

Atendimento e venda direta ao leitor:

sac@record.com.br

Sumário

Introdução

Política e prisões

Coerção sexual, presídios e reações feministas

Democracia da abolição

Resistência, linguagem e lei

Notas

Biografia

Introdução

Por Eduardo Mendieta

Angela Y. Davis é conhecida por muitos como o rosto ícone do Orgulho Negro da década de 1970. Alguns a identificam como ex-candidata à vice-presidência do Partido Comunista dos Estados Unidos, enquanto outros como uma grande autoridade feminista, autora de alguns dos textos mais transformadores e perenes do pensamento feminista do último quarto do século XX. E uma outra geração de estudantes, ativistas e profissionais ligados à área da cultura tomou conhecimento dela em 1997, quando a professora Davis ajudou a fundar a Critical Resistance (Resistência Crítica), uma organização nacional dedicada a desmantelar o complexo industrial-prisional, tópico central de seu trabalho acadêmico e ativismo atuais. Na verdade, em todos os seus projetos de vida, Angela Y. Davis tem sido uma diligente ativista antiprisional, cujo foco de interesse se volta reiteradamente contra as prisões, detenções e punições raciais.

Vladimir I. Lenin afirmava que as prisões eram a universidade dos revolucionários, e, embora Angela Davis já fosse uma revolucionária àquela época, ela teve seu nome incluído na lista das dez pessoas mais procuradas pelo FBI sob falsas acusações, foi levada à clandestinidade, detida e encarcerada. Sua obra vem sendo indelevelmente marcada por sua experiência na prisão.¹ Algumas de suas publicações mais recentes foram redigidas durante o seu confinamento de 16 meses, uma produção brilhante na qual ela estabeleceu as relações entre repressão, punições excessivas e violência racial no âmago da supremacia branca dos Estados Unidos.

Ao lermos Davis, ficamos imediatamente impressionados com suas fontes

de informação, a começar por sua própria experiência como prisioneira política negra e como cidadã americana que, num dado momento, foi rotulada de “inimiga do Estado” para depois virar foco de um intenso movimento de solidariedade internacional — a campanha “Free Angela Davis” (“Libertem Angela Davis”) —, que levou à sua absolvição, em 1972. Outra fonte é seu contínuo compromisso com figuras canônicas, no que se pode chamar de uma tradição da filosofia crítica e política negra, que encontrou duas figuras exponenciais em Frederick Douglass e W. E. B. Du Bois. Este compromisso retorna em seu ensaio *Lectures on Liberation* (Discursos sobre a libertação), do começo da década de 1970, no qual encontramos uma abordagem neomarxista ou da Escola de Frankfurt para o pensamento de Douglass.² Em um dos ensaios que Davis escreveu durante sua permanência no Presídio de Marin, ela recorre a Du Bois — pois é nele que encontra a crítica mais explícita e severa ao sistema carcerário nos Estados Unidos. É nele também que Davis discerne as relações históricas entre a escravidão, a reconstrução fracassada, os linchamentos da virada do século, o surgimento da Ku Klux Klan, Jim Crow, os conflitos do período pós-Guerra de Secessão e o aumento dos guetos raciais nas principais capitais norte-americanas.

É importante sublinhar o compromisso de Davis com a obra de Douglass e Du Bois, pois ambos substituem duas abordagens filosóficas para ela, abordagens essas que devem ser justapostas. Por um lado, Douglass representa uma preocupação existencial com a liberdade, que facilmente se traduz numa deferência à liberdade política em termos de direito ao voto. De fato, num ensaio de 1995 intitulado “From the Prison of Slavery to the Slavery of Prison: Frederick Douglass and the Convict Lease System” (Da prisão da escravidão à escravidão da prisão: Frederick Douglass e o sistema de locação de mão de obra prisional),³ Davis apresenta uma crítica devastadora da miopia e incapacidade de Douglass de falar abertamente e de se mobilizar em torno do que era nitidamente uma traição à liberdade política conquistada pelos negros. Pouco depois da Guerra de Secessão, o Sul sofreu um processo de democratização espantoso e utópico, embora tragicamente efêmero. As tropas da União foram posicionadas no Sul, a fim de garantir a segurança dos negros enquanto eles iam às urnas. Negros foram eleitos senadores. Faculdades foram abertas. Uma vibrante esfera pública negra começou a emergir. Esse breve período passou a ser conhecido como a

“Reconstrução”. Em uma década, entretanto, a reconstrução foi interrompida, e um processo de retrocesso à escravidão teve início. Legisladores brancos sancionaram um conjunto de leis que obrigava os negros colocados em liberdade a se tornarem criados contratados, criminalizando-os. As prerrogativas dos ex-donos de escravos foram legisladas e legalizadas nas abomináveis “Blacks Laws” (Leis dos Negros). Uma vez na prisão, os condenados eram arrendados ou alugados por honorários ínfimos a empresários particulares do novo Sul. Esse processo ficou conhecido como sistema de locação de mão de obra prisional, e os historiadores vão longe ao afirmar que isso foi “pior do que a escravidão”.⁴

As leis negras do Sul transformaram negros livres em criminosos, de forma que sua mão de obra pudesse ser explorada de maneira ainda mais voraz e predatória do que quando eles haviam sido escravos. O sistema de locação de mão de obra prisional tornou-se um dos mecanismos mais lucrativos para o controle simultâneo, junto com a manipulação do trabalho livre negro e a exploração desenfreada. Du Bois colocou a questão nestes termos:

Este sistema penitenciário [o sistema de locação de mão de obra prisional] começou a caracterizar todo o Sul. Na Geórgia, com a explosão da Guerra de Secessão, havia cerca de duzentos réus brancos confinados em Milledgeville. Não havia condenados negros, já que, sob a doutrina da escravidão, os negros eram punidos nas fazendas. Os condenados brancos eram libertados para lutar no exército confederado. Todo o sistema criminal veio a ser utilizado como método para manter os negros no trabalho e intimidá-los. Por conseguinte, teve início uma demanda de cadeias e penitenciárias além da exigência natural, devido ao aumento da criminalidade.⁵

Segundo os historiadores, pouquíssimo se sabe da visão de Douglass a respeito do “sistema de locação de mão de obra prisional”. Davis critica o clamoroso silêncio de Douglass em torno dessa questão, pois seguramente esse foi um pesadelo que a maioria dos negros na América do pós-Guerra de Secessão vivenciou e experimentou em primeira mão. Douglass, na opinião de Davis, deve ter fechado os olhos para essa realidade, pois estava tão exclusivamente interessado em conseguir o sufrágio para os negros, que, nesse processo, negligenciou por completo o bem-estar econômico dessa camada da população. Para Davis, “a locação de mão de obra prisional foi um esforço totalitarista para controlar a mão de obra negra na era pós-

Emancipação, tendo servido apenas como um *lembrete simbólico* aos negros de que a escravidão não havia sido totalmente abolida”.⁶ Davis também censura Douglass por seu excesso de confiança na lei como uma ferramenta imparcial supostamente desprovida de paixão que não poderia ser utilizada para reduzir os lucros do período pós-Emancipação. Pensador esclarecido, Douglass via a lei como um mecanismo que propiciava justiça e democracia aos norte-americanos negros, mas falhou na verificação de como ela poderia ser usada — e de fato *foi* usada — para rotular os seres humanos negros de criminosos.

Em contraste, Davis refere-se a Du Bois como um pensador político exemplar, mesmo quando reconhece também o trabalho pioneiro de D. E. Tobias e Mary Church Terrell, dois outros acadêmicos negros que estudaram e documentaram os efeitos devastadores do sistema de locação de mão de obra prisional. Em Du Bois, Davis encontra uma crítica da confiança *naïf* na independência político-econômica dos negros pós-escravidão, bem como uma crítica das maneiras pelas quais o Estado foi o responsável direto pela preservação e mutação da escravidão. Du Bois enxergou claramente como o Estado participou da criminalização dos negros, de modo que sua mão de obra pudesse ser extraída através do mecanismo do sistema de locação de mão de obra prisional.

Como ele registra em seu monumental *Black Reconstruction* (Reconstrução negra):

Em nenhuma parte do mundo moderno tem havido um tráfico tão aberto e consciente no crime para a degradação social deliberada e o lucro particular como no Sul, desde a escravidão. O negro não é antissocial. Ele não é nenhum criminoso nato. Crimes brutais, esforços externos para conseguir a liberdade ou represálias internas por crueldade eram raros no Sul escravocrata. Desde 1876, os negros são encarcerados pelos motivos mais fúteis e recebem sentenças longas ou multas pelas quais eles são compelidos a trabalhar como se fossem novamente escravos ou criados contratados. A consequente escravidão econômica de criminosos se estendeu para todos os Estados do Sul e levou às situações mais revoltantes.⁷

Para Du Bois, a mão de obra negra não era economicamente livre nem politicamente autônoma. Em consequência, os negros entraram numa esfera pública da democracia norte-americana como inferiores e desiguais. A democracia para os negros fora contida no mesmo momento em que fora

prometida: na abolição da escravidão. Com ela, os negros deixaram de ser escravos, mas imediatamente se tornaram criminosos — e, como criminosos, tornaram-se escravos do Estado. Dessa forma, Du Bois representa para Davis uma perspectiva antcapitalista, antiestatal, antilegal, que é profundamente pertinente ao que nós chamamos de imaginário social, ou imaginação cívica.

Davis, contudo, não é nenhuma exegeta ou historiadora. Ela é uma pensadora originalmente radical, cujas contribuições para uma teoria emergente da penalidade são utilizadas em sala de aula, assim como pelos ativistas ou líderes das comunidades. No contexto desta curta introdução, só há espaço para traçar o esboço geral e as linhas principais do raciocínio de Davis, os quais acredito que podem ser discutidos em função dos seguintes temas:

PRIVAÇÃO DO DIREITO DE VOTO

Para Davis, uma das funções do complexo industrial-prisional é privar o voto às pessoas de cor. Todos os cinquenta estados dos EUA impedem que ex-detentos adquiram licenças estaduais. Isto significa que eles são *de facto* excluídos de muitos, se não da maior parte, dos empregos. Um total de sete estados exclui permanentemente ex-presidiários do direito ao voto. Sete outros estados também privam do direito ao voto certas categorias de ex-presidiários (isso é determinado de acordo com o tipo de crime que eles supostamente cometeram), 33 estados privam do direito ao voto pessoas em liberdade condicional, e 48 estados privam do direito ao voto os presos, sendo as únicas exceções o Maine e Vermont.

EXTRAÇÃO DO CAPITAL

Davis sempre investiga de que forma a prisão se constitui num mecanismo de origem de riqueza dos afro-americanos não apenas por meio da exploração da mão de obra prisional, mas também quando se apropria da riqueza social dos negros. Por riqueza social, Davis se refere aos recursos dos norte-americanos negros para manterem as suas comunidades: escolas, igrejas, propriedade privada etc. Em nenhum momento, dada a quantidade exorbitante de negros nas prisões, a riqueza social retorna às comunidades negras, sendo recolhida por meio da privação político-econômica e exclusão.

ROTULAÇÃO SOCIAL

Uma vez que um norte-americano negro tenha estado na prisão, ele (ou ela) será permanentemente rotulado. Conforme estudos recentes comprovam, é mais difícil para ex-prisioneiros negros reingressarem na sociedade do que para seus correspondentes brancos.

CONTRATO RACIAL

Na opinião de Davis, o contrato social se refere à realidade sociopolítica-econômica-cultural na qual é mais vantajoso ser branco do que uma pessoa de cor, pois todas as normas são *de facto* normas brancas. Dentro do contrato racial, a punição social é aceita por ser aplicada principalmente aos negros. Assim, toleramos uma sociedade altamente punitiva, pois sua punição é executada *neles*, e não em *nós*. Para Davis, o complexo industrial-prisional também contribui para a dominação das minorias raciais ao domesticar a imaginação cívica dos norte-americanos brancos.

VIOLÊNCIA RITUALÍSTICA

Em sua obra, Davis discute como a violência ritualística purga e expia a ordem social. O sistema carcerário torna natural a violência decretada contra as minorias raciais ao institucionalizar uma lógica circular viciosa: os negros estão presos porque são criminosos; eles são criminosos porque são negros, e, se estão presos, é porque mereceram. As cadeias, sob mais de um aspecto, institucionalizaram os linchamentos da virada do século XX, quando Jim Crow estava em sua fase mais cruel e violenta.

COERÇÃO SEXUAL

Davis retoma continuamente o fato de que a prisão se serve do abuso sexualizado para o controle social. A masculinidade agressiva dos presidiários se iguala à coerção sexual impetrada pelos guardas e diretores. Sob esse aspecto, o sistema carcerário constitui um regime caracterizado pela violência sexual, que é, ao mesmo tempo, altamente racista.

REPRESSÃO EXCESSIVA

Davis critica a forma com que o regime de institucionalização da prisão dentro de uma indústria incute na mente dos cidadãos a noção de que os presidiários são a um só tempo inevitáveis e desejáveis. É uma forma lógica e evidente para lidar com o crime. Temos tantos presídios porque nós os construímos, e tantos setores da sociedade investem em sua perpetuação. Os cidadãos, entretanto, não têm permissão para perguntar: o aprisionamento é a única maneira de tratar os crimes e as disfunções sociais? Os crimes são realmente resolvidos com os presídios? As despesas prolongadas com os aprisionamentos valem os benefícios momentâneos de supostamente deter os crimes?

SISTEMAS INTERLIGADOS

Em seus estudos sobre as prisões, Davis sempre se detém nas relações insidiosas entre o complexo industrial-prisional e o complexo industrial-militar. Reconhecer essas relações é o primeiro passo necessário ao desenvolvimento de estratégias para contrapor e abolir as instituições e suas causas latentes.

Para a autêntica democracia emergir, Davis argumenta, *a democracia da abolição* deve ser decretada — a abolição das instituições que promovem a dominação de um grupo sobre outro. A democracia da abolição é, portanto, a democracia que está por vir,⁸ a democracia que será possível se dermos continuidade aos grandes movimentos de abolição da história norte-americana, aqueles em oposição à escravidão, ao linchamento e à segregação.⁹ Enquanto o complexo industrial-prisional persistir, a democracia norte-americana continuará a ser falsa. Uma democracia falsa desse tipo reduz o povo e suas comunidades à subsistência biológica mais crua, pois ela os exclui da lei e da sociedade organizada. Não foi isso que vimos claramente em Nova Orleans, logo após a passagem do furacão Katrina?

Uma existência tão carente pode ser ignorada e negligenciada, ou extinta com a impunidade, precisamente porque é a lei que a torna dispensável. A punição tem sido utilizada contra o corpo humano como se fosse este um corpo negro. A pena de morte sobrevive não como o último castigo, mas por ter sido essencialmente uma forma de castigo contra a carne e a liberdade negras. E é isso que é tão indelevelmente proclamado na 13ª Emenda da

Constituição. Como o neoabolicionista Joy James diz: “A 13ª Emenda da Constituição arma uma cilada ao mesmo tempo em que emancipa. Na verdade, ela funciona como uma narrativa antiescravocrata que escraviza.”

As entrevistas deste livro foram todas conduzidas somente por mim, com exceção da última, para a qual Chad Kautzer, aluno de graduação da Stony Brook University e ativista pela paz, contribuiu. Nestas discussões, que aconteceram no decorrer de oito meses, período durante o qual fomos testemunhas das revelações de tortura em Guantánamo e Abu Ghraib, Angela Davis eleva a sua análise do complexo industrial-prisional a novos níveis. Ela se concentra nos efeitos do regime de prisão nas relações internacionais norte-americanas e discute como a nossa sociedade parece ser incapaz de reconhecer a humanidade e o sofrimento dos outros, como manifestado recentemente nas pessoas que aparecem nas fotos de Abu Ghraib. As imagens parecem afirmar para nós a ficção da democracia norte-americana no mesmo momento em que esta democracia está mais enfraquecida e abandonada.

Em análises ao mesmo tempo originais e pungentes, Davis desnuda as relações entre império, prisão e tortura — análises que sobreviverão ao presente momento histórico. Estas entrevistas são respostas imediatas — de uma ex-inimiga do Estado que se tornou uma das intelectuais públicas mais importantes — àquela que talvez seja a crise mais intensa da política e da ética norte-americanas do nosso tempo.

Política e prisões

Angela Davis, talvez você seja uma das cinco negras mais importantes da história dos Estados Unidos. Em 1974, seu livro *Angela Davis: An Autobiography* (*Uma autobiografia*, como saiu posteriormente no Brasil) foi publicado pela Random House. Desde então, ele se tornou um clássico da literatura afro-americana, fundamental para as tradições das escritoras e pensadoras políticas negras. De várias formas, a sua autobiografia também retoma a tradição das narrativas dos escravos negros. Como você vê hoje essa obra, fazendo um retrospecto de mais de trinta anos?

Bem, obrigada por me lembrar que este ano se completa o 34º aniversário da publicação da minha autobiografia. Na época em que escrevi o livro, eu não me via como um assunto autobiográfico convencional e, conseqüentemente, não situava a minha escrita em nenhuma dessas tradições que você evoca. Na verdade, a princípio eu estava relutante em escrever uma autobiografia. Primeiro, eu era muito jovem. Segundo, eu não achava que as minhas realizações pessoais merecessem um tratamento autobiográfico. Terceiro, eu estava consciente de que a fama — ou a notoriedade — que eu havia alcançado tinha pouquíssimo a ver comigo como indivíduo. Essa fama se fundamentou na mobilização do Estado e nos seus esforços para me capturar, incluindo o fato de eu ter sido inserida na lista dos Dez Mais Procurados pelo FBI. Mas eu também sabia, e talvez este seja o ponto mais importante, que o meu potencial como assunto autobiográfico havia sido criado pelo gigantesco movimento global que conseguiu a minha liberdade. Então, a questão era como escrever uma autobiografia que desse atenção a essa comunidade de luta coletiva. Portanto, decidi que não queria escrever uma autobiografia convencional, na qual a heroína ministra aulas aos leitores. Decidi que iria escrever uma autobiografia política que explorasse a maneira pela qual eu fora moldada pelos movimentos e campanhas em comunidades de luta. Nesse

sentido, você pode dizer, sim, que eu escrevi a minha história dentro da tradição de narrativas de escravos negros.

De que forma você acha que a biografia política negra desempenha um papel dentro dessa tradição da literatura norte-americana?

É claro que o cânone da literatura norte-americana foi contestado anteriormente. Se tomarmos a autobiografia de Malcolm X como exemplo, junto com a literatura de certos autores como Zora Neale Hurston, Alice Walker e Toni Morrison, que entraram claramente para o cânone, podemos nos perguntar se a inclusão dos textos de contestação realmente fez diferença. Será que o cânone em si foi substancialmente transformado? Tenho a impressão de que as lutas para contestar textos da literatura se assemelham às lutas por mudanças e transformações sociais. O que nós conseguimos fazer, a cada vez que obtemos uma vitória, não é tanto assegurar uma mudança definitiva, e sim criar novas áreas de luta.

Já que estamos falando sobre cânones, me parece que a sua obra se encaixa em uma outra tradição — o cânone filosófico. Se pensarmos na obra de Boécio, Jean-Paul Sartre, Martin Luther King, Dietrich Bonhoeffer, Antonio Gramsci, Primo Levi... estas são figuras filosóficas que criticam suas experiências na prisão. Você vê sua obra contribuindo para essa tradição filosófica de literatura de prisão? Em caso afirmativo, de que maneira?

Muitas vezes, a literatura de prisão é descrita como aquela produzida na prisão pelos prisioneiros.

Certamente, os diários de prisão de Gramsci fornecem o exemplo mais interessante. É significativo que as cartas de Gramsci na prisão não tenham recebido a atenção que merecem. Seria interessante lê-las juntamente com as de George Jackson. Eles são dois exemplos de intelectuais presos que dedicaram parte de sua energia ao processo de travar uma batalha crítica com as implicações do aprisionamento — num nível filosófico mais concreto. Pessoalmente, achei bastante difícil refletir criticamente sobre a prisão enquanto era prisioneira. Então, suponho que eu siga a tradição de alguns dos pensadores que você menciona. Entretanto, publiquei uma composição literária enquanto estive detida que pode ser considerada uma análise mais indireta das questões relacionadas ao aprisionamento. Escrevi um artigo intitulado “Reflections on the Black Woman’s Role in the Community of

Slaves”¹⁰ (Reflexões sobre o papel da mulher negra na comunidade escravocrata), que me ajudou a formular algumas das questões às quais posteriormente eu utilizaria em meus esforços para teorizar a relação entre a instituição da prisão e a da escravidão. Produzi um novo texto — um ensaio para a conferência da Sociedade para o Estudo do Materialismo Dialético, filiada à Associação Filosófica Norte-Americana — intitulado “Women and Capitalism: Dialectics of Oppression and Liberation” (Mulheres e capitalismo: Dialética da opressão e libertação). Os dois trabalhos foram publicados em *The Angela Y. Davis Reader*, em 1998. *If They Come in the Morning* (Se eles vierem pela manhã), o livro sobre prisioneiros políticos que escrevi e organizei com Bettina Aptheker, é um outro exemplo da minha literatura de prisão. Por fim, também redigi um longo estudo sobre o fascismo que nunca foi publicado. Mas foi só depois da minha libertação que senti que possuía um distanciamento crítico suficiente para refletir mais profundamente sobre a instituição da prisão, bebendo na fonte e expandindo a obra do intelectual preso George Jackson.

Você tem formação de filósofa, embora lectione em um projeto chamado História da Conscientização, na Universidade da Califórnia. Você acha que a filosofia pode desempenhar um papel importante na cultura política dos Estados Unidos? A filosofia teve influência no seu trabalho sobre a estética, sobre o jazz e, particularmente, sobre o modo com que você analisa a situação das mulheres negras?

Claro! E acho que eu me valho da minha formação em filosofia, porque tento questionar as realidades históricas e contemporâneas que normalmente tendem a ser, sob outros aspectos, excluídas. A filosofia me propicia uma posição vantajosa ao fazer perguntas que não podem ser levantadas dentro de um discurso social e científico que presume prover contextos abrangentes para a compreensão do nosso mundo social. Eu aprendi muito com Herbert Marcuse sobre a relação entre a crítica da filosofia e da ideologia. Eu me inspirei particularmente em sua obra *Contrarrevolução e revolta*, que faz uma tentativa de teorizar diretamente sobre os progressos do final da década de 1960. Mas, ao mesmo tempo, o contexto é filosófico. Como nós imaginamos um mundo melhor e levantamos questões que nos permitem ver além do que é oferecido?

Há belas páginas em sua autobiografia sobre a sua relação com Herbert Marcuse, que foi seu

professor e mentor, e membro da Escola de Frankfurt. Você passou alguns anos em Frankfurt no final da década de 1960. Você também estudou com Theodor Adorno, Jürgen Habermas e Max Horkheimer. Você se vê como uma teórica crítica no sentido da Escola de Frankfurt?

Com certeza eu me inspirei na teoria crítica, que privilegia o papel da reflexão filosófica, ao mesmo tempo em que reconhece que nem sempre a filosofia é capaz, por si só, de dar as respostas às perguntas que ela levanta. Quando a investigação filosófica dialoga com outras disciplinas e métodos, temos condições de produzir resultados muito mais frutíferos. Marcuse cruzou as fronteiras disciplinares que separam a filosofia, a sociologia e a literatura. Adorno trouxe a música e a filosofia para o diálogo. Estes foram os primeiros esforços sérios para legitimar a investigação interdisciplinar.

Você concorreu duas vezes à vice-presidência do Partido Comunista dos Estados Unidos antes de abandonar o partido na década de 1990. Após a queda do Muro de Berlim e o fim da União Soviética, que papel, caso exista, o comunismo pode desempenhar hoje?

Embora eu não faça mais parte do Partido Comunista, ainda me considero comunista. Se eu não acreditasse na possibilidade de, um dia, derrotar o capitalismo e num futuro socialista, eu não teria inspiração para dar continuidade ao meu trabalho político. Assim como se admite o triunfo do capitalismo logo depois do colapso das nações socialistas, o capitalismo também revela continuamente sua inabilidade de crescer e de se desenvolver sem expandir e aprofundar a exploração humana. Deve haver um sistema alternativo ao capitalismo. Hoje, a tendência a presumir que a única versão de democracia disponível para nós é a democracia capitalista propõe um desafio. Temos que ser capazes de desenredar as nossas noções de capitalismo e de democracia, a fim de adotar modelos verdadeiramente igualitários e democráticos. O comunismo — ou o socialismo — ainda pode nos ajudar a criar novas versões da democracia.

Você acha que o movimento antiglobalização — o movimento anti-Organização Mundial do Comércio — tem capacidade de retomar o papel que Karl Marx atribuiu ao proletariado? Em outras palavras, podemos dizer “antiglobalistas do mundo, uni-vos”?

Essa transição é um tanto quanto fácil. Mas não é para descartar a importância de criar solidariedades globais, solidariedades multirraciais atentas às lutas contra a exploração econômica, o racismo, o patriarcado e a

homofobia. E há uma ligação, me parece, entre o internacionalismo da época de Karl Marx e os novos globalismos que nós buscamos construir hoje. Evidentemente, a economia global é muito mais complicada do que Karl Marx jamais poderia imaginar. Mas, ao mesmo tempo, suas análises possuem ressonâncias contemporâneas importantes. Toda a trajetória de *O Capital* se inicia com uma análise da mercadoria, esta unidade aparentemente simples da economia política capitalista. Como se revela, naturalmente a mercadoria é uma coisa misteriosa. Talvez ainda mais misteriosa hoje do que no tempo de Marx. Ela permeou todos os aspectos da vida humana, no mundo inteiro, de uma forma sem precedentes na história. A mercadoria — e o capitalismo em geral — se insinuou dentro de estruturas de sentimento, dentro dos espaços mais íntimos da vida humana. Ao mesmo tempo, os seres humanos estão mais conectados do que nunca e de um modo que muitas vezes não reconhecemos. Estou pensando numa música cantada por Sweet Honey and the Rock sobre a linha da assembleia global, que nos une num contingente de práticas exploratórias de produção e consumo. No Norte Global, nós compramos a dor e a exploração de meninas do Sul Global,¹ que vestimos todos os dias em nossos corpos.

As fábricas clandestinas do mundo.

As fábricas clandestinas globais. E o desafio, conforme Marx argumentou há muito tempo, é pôr a descoberto as relações sociais que são tanto personificadas quanto ocultadas por essas mercadorias.

Existe uma grande tradição do pensamento político afro-americano que tem sido profundamente influenciada pelo marxismo e pelo comunismo. Mas, vez por outra, falamos sobre o pensamento político negro em termos de duas figuras em atrito. Por exemplo, há as comparações formuladas por John Brown versus Frederick Douglass; Booker T. Washington versus W. E. B. Du Bois; Malcolm X versus Martin Luther King. E, nisso, somos capazes de discutir as tensões entre nacionalismo negro e assimilação ou integração. Como você se vê em relação à tensão entre nacionalismo e integração?

É possível refletir sobre a história dos negros como ela tem sido moldada por esses debates em várias épocas. Nós não devemos nos esquecer do debate entre W. E. B. Du Bois e Marcus Garvey. Mas eu atualmente me interesso por aquele que é excluído pela conceitualização das questões principais da história negra em termos desses debates entre homens negros. E eu digo

homens, pois as mulheres sempre tendem a ser excluídas. Onde, por exemplo, ficam Anna Julia Cooper e Ida B. Wells nesses debates? Mas eu me interesso precisamente pelo que é excluído por essa tensão entre nacionalismo e integração. E talvez não essencialmente porque os protagonistas são homens, mas porque as questões referentes a gênero e sexualidade são excluídas.

Então você vê o seu trabalho como contestador nesse sentido de considerar a tradição negra do pensamento político...

Sim.

... nesse sentido de entender a integração.

Exatamente.

Então, você quis deslocar o foco e dizer que existe uma outra forma de procedimento para o pensamento político negro.

Claro, e eu acho que a suposição atual de que o pensamento político negro deve defender o nacionalismo ou repudiar as formações e a cultura negras é muito enganadora.

Sim, mas uma das coisas que se atribui à globalização é o fim dos nacionalismos. Você acha que existe um papel para o nacionalismo negro nos Estados Unidos? Ele se tornou inteiramente obsoleto, um anacronismo?

Bem, por um lado, ele se tornou obsoleto, mas, por outro, pode-se argumentar que os nacionalismos que ajudaram a moldar a consciência negra irão permanecer. Primeiramente, devo dizer que não sou da opinião de que o nacionalismo seja um conceito homogêneo. Há muitas versões de nacionalismo. Eu sempre preferi me identificar com o pan-africanismo de W. E. B. Du Bois, que defendia que os negros do Ocidente têm uma responsabilidade especial para com a África, a América Latina e a Ásia — não em virtude de uma ligação biológica ou racial, mas em virtude de uma identificação política que é forjada na luta. Devemos ficar atentos à África não apenas porque esse continente é povoado por negros, não apenas porque nossas origens remontam à África, mas principalmente porque a África tem sido o maior alvo do colonialismo e do imperialismo. O que também admiro

no pan-africanismo de Du Bois é que ele insiste nas solidariedades afro-asiáticas. Este é um aspecto importante que tem sido ocultado em narrativas convencionais sobre o pan-africanismo. Tal abordagem não é definida racialmente, mas, em vez disso, descobre sua identidade política em suas lutas contra o racismo.

Além do recente trigésimo aniversário da sua autobiografia, estamos comemorando mais de cinquenta anos de *Brown v. Board of Education*. Você acha que as forças da integração negra, as forças dos direitos civis têm sido traídas e, de alguma forma, têm regredido nas últimas duas décadas de Rehnquist como ministro da Justiça nomeado por Reagan?

A promessa dessas lutas tem sido abandonada. Mas não vejo utilidade em presumir que uma política que se estabelece em dado momento da história irá sempre clamar por êxito com base em suas vitórias iniciais. É ilusório supor que esse êxito será duradouro, que ele sobreviverá a todas as mudanças e mutações do futuro. O movimento pelos direitos civis conseguiu provocar enormes mudanças políticas que abriram portas para pessoas anteriormente excluídas do governo, das corporações, da educação, da moradia etc. Contudo, uma abordagem exclusivamente dos direitos civis — como a que o dr. King reconheceu antes de morrer — não pode por si só eliminar o racismo estrutural. O que o movimento pelos direitos civis fez, a meu ver, foi criar um novo terreno para propiciar novos questionamentos e rumar em novas direções. A suposição de que a colocação de negros como Colin Powell e Condoleezza Rice no cerne do governo significaria progresso para toda a comunidade foi claramente ilusória. Nesse âmbito, não havia garantias, apropriando-me de Stuart Hall. O movimento pelos direitos civis reivindicou acesso, e o acesso foi concedido a alguns. O desafio do século XXI não é reivindicar oportunidades iguais para participar da maquinaria da opressão, e sim identificar e desmantelar aquelas estruturas nas quais o racismo continua a ser firmado. Este é o único modo pelo qual a promessa de liberdade pode ser estendida às grandes massas.

Mas você não se preocupa com a corte conservadora? Isto é, se pensarmos sobre o papel da Warren Court em promover a agenda da política racial...

Sim, com certeza!

Atualmente, a justiça na Suprema Corte é muito franca quanto ao seu conservadorismo. O que isso significa para a justiça racial no futuro?

Claro que me preocupo com isso. A única questão que estou tentando levantar é se as lutas passadas não podem corrigir injustiças atuais e se as pessoas que tendem a cruzar os braços e lamentar a traição do movimento dos direitos civis não estão preparadas para imaginar o que se faz necessário *neste* momento para desafiar o conservadorismo da Suprema Corte. É muito difícil reconhecer racismos contemporâneos, especialmente quando não estão relacionados a leis e atitudes racistas e quando afetam diferentemente indivíduos que reivindicam ingresso em comunidades imbuídas de profundo sentimento de exclusão por causa da cor da pele. Estou sugerindo que nós precisamos de uma nova era — com uma nova política — que trate do racismo estrutural que determina quem vai para a cadeia e quem não vai, quem frequenta a universidade e quem não frequenta, quem tem seguro-saúde e quem não tem. A velha política facilita ataques à ação afirmativa, como Ward Connerly apontou em sua campanha pela Proposta 209 na Califórnia. De sua posição vantajosa, o que é mais importante hoje é a proteção dos direitos civis dos brancos.

Correto. Mas muitas estratégias inteligentes estão sendo utilizadas, algumas que desviam a atenção de questões de justiça racial, ao falar em termos de multiculturalismo. Um exemplo é a decisão da Corte no ano passado em Michigan — *Grutter v. Bollinger* —, que diz que a ação afirmativa deve ser administrada pelo bem da preservação do multiculturalismo. Qual é a diferença entre multiculturalismo e justiça racial?

Existe uma enorme diferença. Diversidade é uma daquelas palavras do léxico contemporâneo que presume ser sinônimo de antirracismo. Multiculturalismo é uma categoria que pode admitir interpretações progressistas e profundamente conservadoras. Existe multiculturalismo corporativo, pois as corporações descobriram que é mais lucrativo criar um ambiente de trabalho diversificado.

O multiculturalismo da Benetton.

Sim. Eles descobriram que negros, latinos e asiáticos estão dispostos a trabalhar tanto ou mais até que suas contrapartes. Isso quer dizer que nós deveríamos abraçar um forte multiculturalismo politicamente flexionado, que

ênfatisa comunidades multirraciais e lutas contínuas por igualdade e justiça. Isso equivale a dizer comunidades multirraciais não com o propósito de criar um lindo “buquê de flores” ou uma atraente “tigela de salada” — que são algumas das representações metafóricas do multiculturalismo —, mas como uma maneira de desafiar desigualdades estruturais e lutar por justiça. Essa versão de multiculturalismo possui um potencial radical.

Junto com a questão do multiculturalismo e da justiça racial, há uma outra questão que me preocupa enormemente, no plano pessoal, existencial. Continuamos a falar sobre a “morenização” dos Estados Unidos; no ano de 2050, um quarto da população norte-americana será de descendentes latinos. Você acha que essa morenização da América implicará um eclipse da busca pela justiça racial?

Por que deveria?

Os conservadores alegam que questões de justiça racial são essencialmente questões negras... e o multiculturalismo e a integração racial dos latinos estão separados do trabalho de justiça racial, de ação afirmativa ou de reparações.

Veja, esse é o problema, e me parece que as ideologias contemporâneas endossam essa suposição de que a competição e os conflitos raciais são as únicas relações que permeiam as comunidades das pessoas de cor. É como se essas comunidades estivessem sempre separadas e nunca se cruzassem. No entanto, se olharmos para o movimento trabalhista, por exemplo, há inúmeros fatos históricos de solidariedade e alianças negro-latinas. Independentemente de qual comunidade deva ser numericamente maior, sem solidariedades e alianças desse tipo, não pode haver esperança para um futuro antirracista. Ao mesmo tempo, é importante reconhecer que esta é uma nova era. As condições pós-colonialistas aqui nos Estados Unidos e em todo o mundo transmitem a mensagem de que o “Ocidente” foi modificado para sempre. A Europa não é mais o que costumava ser. Ela não é mais definida por sua brancura. O mesmo, claro, é válido nos EUA entre os negros que costumam ser a “minoría superior”. Nós temos que dar andamento a essa reivindicação. Há essa ideia predominante de que, pelo fato de os negros terem estabelecido a política antirracista para os Estados Unidos, eles irão permanecer sempre seus defensores mais fervorosos. Mas os negros, como uma coletividade, não podem viver da glória de seu passado histórico. Recentemente, recebemos duras lições sobre as possibilidades conservadoras nas comunidades negras.

“Negro” não pode simplesmente ser considerado um sinônimo incontestável de política progressista. O trabalho dos ativistas progressistas é construir uma oposição ao conservadorismo — independente do *background* racial de seus proponentes. O fato de comunidades negras e latinas não conseguirem encontrar uma causa em comum é um exemplo desse conservadorismo. Nossa missão hoje é promover comunidades multirraciais de luta que se originem das comuns — e esperançosamente radicais — aspirações políticas.

No começo da década de 1970, Nixon e Hoover chamaram você de inimiga do Estado. Eles também a chamaram de terrorista. Entretanto, você ainda redigiu uma acusação importantíssima da prisão nessa época — sua autobiografia. Desde então, nos últimos 30 anos, sua obra continua a gravitar pelas prisões. Existem diferenças entre a ênfase da sua escrita nos anos 1970 e o trabalho que você publicou recentemente, *Estarão as prisões obsoletas*?

Eu acho que você tem razão — um engajamento demorado com o sistema carcerário tem, literalmente, definido a minha vida. O meu interesse por essas questões, na verdade, precede meu próprio aprisionamento. Eu cresci ouvindo histórias de Sacco e Vanzetti, dos Scottsboro Nine² e, mais tarde, de Nelson Mandela. Antes de ser presa, eu havia sido ativista de uma série de campanhas para libertar presos políticos. O que eu tenho tentado fazer ultimamente é pensar de forma crítica a respeito das contribuições duradouras daquele período e levar a sério o trabalho dos intelectuais presos. Também venho tentando pensar mais sistematicamente sobre as maneiras pelas quais a escravidão continua a existir em instituições contemporâneas — como nos casos da pena de morte e da prisão, por exemplo.

Deixe-me tentar retroceder e resumir essa longa trajetória. O meu primeiro encontro com a prisão como foco de ativismo e reflexão foi protagonizado pela minha participação, ainda adolescente, em diversas campanhas para libertar prisioneiros políticos. À medida que a minha vocação como ativista ia aumentando, eu me dedicava vivamente a organizar campanhas para libertar os ativistas políticos detidos no final da década de 1960 e no começo da de 1970. O meu próprio aprisionamento foi consequência desse trabalho. Enquanto estava na cadeia, comecei a pensar — pelo menos superficialmente — na possibilidade de uma análise que pautasse a sua ênfase na instituição da prisão, não apenas como um aparato para reprimir ativistas políticos, mas também como uma instituição profundamente conectada com a manutenção do racismo. Por essa abordagem, sou imensamente grata a George Jackson.

Agora estou tentando pensar sobre as maneiras pelas quais a prisão reproduz formas de racismo baseadas em traços da escravidão que ainda podem ser descobertos dentro do sistema de justiça criminal contemporâneo. Existe, eu acredito, uma clara relação entre o surgimento do complexo industrial-prisional na era do capitalismo global e a persistência de estruturas no sistema de punição que se originou na escravidão. Eu discuto, por exemplo, que a explicação mais convincente para a continuação da rotina da pena capital nos EUA — que, neste caso, é única entre os países industrializados — é o racismo que liga a pena de morte à escravidão. Uma outra implicação é que nós precisamos pensar de modo diferente sobre os funcionamentos do racismo estrutural contemporâneo — que pode ferir os brancos, bem como as pessoas de cor, que são, naturalmente, seu alvo principal. Uma outra implicação é que nós podemos pensar de modo diferente sobre reparações. Uma das maiores prioridades do movimento de reparação deve ser a abolição da pena de morte.

A prisão, nos Estados Unidos, tornou-se uma espécie de gueto. Se eu a entendi corretamente, você sugere que nos Estados Unidos não deva haver um sistema carcerário não racial — que um sistema carcerário não racista seria um oxímoro.

Sim, eu acho que você pode entender dessa forma. Aliás, há uma suposição de que uma instituição repressora, se funciona equitativamente — se ela trata, digamos, os brancos da mesma forma que os negros —, é um indicativo de progresso sob o símbolo da igualdade e justiça. Eu tenho muita desconfiança de uma abordagem tão abstrata. James Byrd foi linchado em Jasper, no Texas, há poucos anos, por um grupo da supremacia branca... Você se recorda desse incidente?

Sim, e ele foi arrastado pelas ruas também.

Dois dos homens brancos que participaram do linchamento foram sentenciados à morte. Naquele instante, foi comemorada uma vitória, como se a causa da justiça racial servisse para impor aos brancos o mesmo tratamento horrendo e bárbaro que os negros vêm sofrendo ao longo da história. Esse tipo de igualdade não faz muito sentido para mim.

Você pode se estender nisso? Em outras palavras, há um *continuum* entre o período pré-guerra, a

reconstrução, os guetos e a pena de morte, que são igualmente *racializados*. De fato, todos esses espaços e instituições parecem ter suas raízes na escravidão. É a essas relações e continuidades que você faz alusão?

O que é interessante é que a escravidão é uma instituição. No final do século XVIII e por todo o século XIX, por exemplo, tornou-se um receptáculo para todas aquelas formas de punição que, com o desenvolvimento da democracia, passaram a ser consideradas bárbaras. Então, em vez de abolirem a pena de morte por completo, ofereceram-lhe refúgio na lei escrava. Isso significou que, no fim, os brancos eram libertos da ameaça da morte pela maioria dos crimes; o homicídio continuava a ser o crime usual que levava à execução de um branco. Os escravos negros, por outro lado, eram sujeitos à pena de morte em alguns Estados por pelo menos setenta crimes diferentes. Pode-se dizer que a instituição da escravidão serviu como um receptáculo para aquelas formas de punição consideradas demasiado não civilizadas para serem impostas aos cidadãos brancos dentro da sociedade democrática. Com a abolição da escravidão, essa forma de castigo claramente racializada tornou-se desracializada, persistindo até hoje à guisa de justiça cega à cor. A pena capital continua a ser infligida desproporcionalmente aos negros, mas, quando uma pessoa negra é sentenciada à morte, ele/ela aparece para a autoridade do Direito como um sujeito jurídico abstrato, como um indivíduo cheio de direitos, não como membro de uma comunidade sujeita a condições que o/a tornam um candidato perfeito à repressão legal. Assim, o racismo se torna invisível e irreconhecível. Sob esse aspecto, o réu é “igual” a seu símile branco, que, portanto, não é inteiramente imune ao racismo escondido da lei.

As estruturas dessas instituições são meticulosamente racializadas. Um exemplo seria a maneira pela qual os prisioneiros têm seus direitos suspensos e entram numa espécie de morte civil. Isso também faz parte desse racismo, certo? Você menciona no seu livro *Estarão as prisões obsoletas?* que Bush não teria sido eleito se os prisioneiros tivessem permissão de votar.

Realmente! O que acho interessante é que se supõe, mais frequentemente, que a privação do direito ao voto possui uma lógica autoevidente. A maioria das pessoas neste país não questiona o processo que rouba dos prisioneiros — e, em muitos Estados, ex-criminosos o seu direito ao voto. Elas devem achar graça quando descobrem que alguns Estados ainda permitem que os prisioneiros votem. Por que a privação do direito ao voto aos condenados por crimes se torna uma parte tão intensa das estruturas do pensamento do senso

comum das pessoas neste país? Acredito que isso também tenha suas raízes na escravidão. Um branco contemporâneo da escravidão deve ter observado: “Claro que não era para os escravos votarem. Eles não eram cidadãos completos.” Da mesma forma, as pessoas pensam hoje: “Claro que não é para os prisioneiros votarem. Eles não são mais cidadãos plenos. Eles estão na cadeia.” Aqui está um grande trabalho a fazer se desejarmos transformar essas atitudes populares.

Seu livro recente também menciona que existe uma relação simbiótica entre o complexo industrial-prisional e o complexo industrial-militar. Como essas relações se sustentam? Como elas se entrelaçam?

Primeiro, eu devo informar que o uso da expressão *complexo industrial-prisional* por acadêmicos, ativistas e outros tem sido estratégico, criado precisamente para fazer eco ao termo *complexo industrial-militar*. Quando se considera a dimensão com que ambos os complexos obtêm lucro enquanto produzem meios de mutilar e matar seres humanos, e devorar recursos públicos, as semelhanças básicas tornam-se evidentes. Durante a Guerra do Vietnã, ficou evidente que a produção militar estava se tornando um elemento cada vez mais central da economia, um elemento que começara a colonizar a economia, por assim dizer. Podem-se detectar tendências similares no complexo industrial-prisional. Ele não é mais um nicho menor para algumas empresas; a indústria da punição está no radar de incontáveis corporações nas indústrias de manufatura e de serviços. Os presídios são identificados por seu potencial de consumidores e de mão de obra barata. Há muitas maneiras pelas quais é possível descrever a relação simbiótica entre exército e prisão. Eu vou me deter em uma das conexões mais óbvias: as semelhanças impressionantes entre as populações humanas das duas instituições. De fato, muitos jovens — especialmente jovens de cor — que se alistam no exército fazem isso em geral para escapar de uma trajetória de pobreza, drogas e analfabetismo que os levaria direto para a cadeia. Por fim, uma breve observação que possui enormes implicações: no mínimo, uma corporação da indústria de defesa tem recrutado ativamente a mão de obra prisional. Pense nesta imagem: presos fabricando artilharia que ajuda o governo em sua busca pelo domínio global.

Você também argumentou que não existe correlação entre crime e prisão. Que o “aprimoramento” da sociedade americana transformou a paisagem racial dos Estados Unidos.

Qual seria a relação, então? Supomos que existem tantos prisioneiros por haver tanta gente cometendo crimes. Mas você argumenta de outra forma.

A relação que normalmente se pressupõe no discurso popular e acadêmico é que o crime gera castigo. O que tenho tentado fazer — junto a vários outros intelectuais, ativistas e acadêmicos — é encorajar as pessoas a aventar a possibilidade de que o castigo pode ser consequência de outras forças, e não uma consequência inevitável da execução do crime. O que não significa dizer que os detentos não tenham cometido aquilo que chamamos de “crimes”; eu não argumento isso de maneira alguma. Independentemente de quem cometeu ou não cometeu um crime, a punição, em síntese, pode ser vista mais como consequência da vigilância racial. O aumento da punição é mais comumente resultante de um aumento na vigilância. As comunidades que são objeto de vigilância policial têm muito mais chances de fornecer indivíduos para a indústria da punição. Mais importante do que isso, a prisão é a solução punitiva para uma gama completa de problemas sociais que não estão sendo tratados pelas instituições sociais que deveriam ajudar as pessoas na conquista de uma vida mais satisfatória. Esta é a lógica do que tem sido chamado de farra de aprisionamento: em vez de construírem moradias, jogam os sem-teto na cadeia. Em vez de desenvolverem o sistema educacional, jogam os analfabetos na cadeia. Jogam na prisão os desempregados decorrentes da desindustrialização, da globalização do capital e do desmantelamento do *welfare state*. Livre-se de todos eles. Remova essas populações dispensáveis da sociedade. Seguindo essa lógica, as prisões tornam-se uma maneira de dar sumiço nas pessoas com a falsa esperança de dar sumiço nos problemas sociais latentes que elas representam.

Este processo de dar sumiço nas pessoas sem solucionar as contradições sociais tem ligação com o *Welfare Reform Act* (Ato de Reforma do *Welfare State*) de 1996 e com o aumento subsequente do número de mulheres nas prisões?

Completamente. Na verdade, as mulheres ainda constituem o setor da população carcerária que cresce mais rápido — embora os imigrantes não fiquem muito atrás —, não só aqui, mas também em outros pontos do mundo. Em parte, isso se deve à desestabilização do *welfare state*, que, apesar de não ter fornecido uma solução eficaz aos problemas das mães solo, desempregadas e com poucas aptidões, era, contudo, uma rede segura. Basta

visitar uma mulher na cadeia para ver o número enorme de presas condenadas por tráfico de drogas, e não é difícil enxergar as consequências desastrosas de se desmantelar até mesmo a mais inadequada das alternativas, como o programa federal Aid to Dependent Children (Auxílio às Crianças Dependentes).

Você acha que, paralelamente à relação simbiótica que ocorre entre os complexos industriais-militares e industriais-prisionais, existe uma relação simbiótica entre a indústria carcerária e o Judiciário nos Estados Unidos?

A indústria carcerária e o Judiciário fazem parte do mesmo sistema: leis, cumprimento das leis e punição.

As práticas de condenação que se desenvolveram ao longo das duas últimas décadas são responsáveis diretas pelo alto número de pessoas atrás das grades. Os mais de dois milhões de pessoas nas diversas cadeias e presídios estão lá como uma terrível consequência das leis de condenação sem julgamento, *truth in sentence* (dispositivo que exige 85% do cumprimento da pena para que o condenado tenha direito a benefícios penais), *three strikes laws* (punição severa dada ao criminoso condenado pela terceira vez) etc.

Existe um fenômeno fascinante — aquele que você comenta em sua obra — que, ao mesmo tempo em que a construção de presídios parece trazer uma sensação de segurança às pessoas, tem havido um declínio na taxa de crimes desde a década de 1970. Por que isso? Por que as pessoas se sentem mais seguras com a existência dos presídios?

Você está certo ao me indagar sobre o que faz as pessoas *se sentirem* mais seguras, o que é diferente de estarem realmente mais seguras. É irônico que, com a contínua pandemia de violência íntima — violência doméstica —, a família ainda seja considerada um lugar seguro, um refúgio. A ameaça à segurança parece sempre vir de fora, do inimigo imaginário externo. Há imagens múltiplas do inimigo (incluindo os imigrantes e os terroristas), mas o presidiário, visto como assassino e estuprador, está perigosamente mais próximo de uma ameaça à segurança. Hoje, existem mais de *dois milhões* de pessoas atrás das grades (a maioria não foi condenada por crimes violentos), considerados como a personificação do inimigo. Teoricamente, isso deveria fazer com que as pessoas se sentissem melhor, mas o que realmente faz é desviar sua atenção das ameaças à segurança geradas pelas forças armadas,

pela polícia, pelas corporações gananciosas e, algumas vezes, pelos parceiros íntimos de uma pessoa.

Hoje em dia, as pessoas sentem que estão continuamente sob a ameaça de um crime possível, uma sensação que parece ser instigada pela mídia. Esta sensação de pânico é fabricada ou existe alguma verdade nela?

Os pânicos morais sempre irromperam em conjunturas especiais. Podemos pensar no pânico moral em relação aos estupradores negros, particularmente logo depois da escravidão. O mito do estuprador negro foi o componente-chave de uma estratégia ideológica esboçada para reformular os problemas relativos ao gerenciamento de negros recém-libertos no período posterior à escravidão. Dessa forma, o pânico moral que rodeia o crime não está relacionado a uma escalada do crime em nenhum sentido material. E sim a um problema de gerir grandes populações — especialmente pessoas de cor — que se tornam dispensáveis pelo sistema do capitalismo global. Esta analogia pode ser superficial, mas acho que funciona.

Nessa complexa rede de relações entre criminalizar as populações, condenações e aprisionamentos, você faz uma sugestão que é brilhante a meu ver, e muito provocativa. Você diz que a criminalização dos jovens pela pretensa “guerra contra as drogas” ocorreu simultaneamente a uma explosão no uso das drogas psicotrópicas prescritas pelos médicos. Porém, existe uma diferença entre crack e Prozac, não é?

Sim. Um fornece lucros estrondosos aos laboratórios farmacêuticos e o outro não — embora as drogas ilícitas forneçam lucros estrondosos para as economias do submundo da droga. Enquanto hesito em discorrer sobre as semelhanças e dessemelhanças, eu diria que há uma enorme contradição entre o discurso da chamada “guerra contra as drogas” e o discurso corporativo no qual drogas psicotrópicas legalizadas, disponíveis por meio de receita médica àqueles que têm dinheiro ou seguro-saúde, são promovidas pelos farmacêuticos como indutores químicos ao relaxamento, à felicidade, à produtividade etc.

Ritalina para as crianças... e Viagra para os mais velhos, por exemplo.

Isso mesmo. Parece que há uma prescrição de medicamento disponível para qualquer problema que alguém possa ter. Como você se sentiria se fosse

pobre ao final da enxurrada diária de comerciais sobre os poderes milagrosos dos remédios disponíveis com receita médica? Esse discurso comercial deve ajudar a criar um aumento no tráfico de drogas — tanto as legais quanto as do submundo.

Em sua obra, você também discutiu o *continuum* que relaciona a Guerra Fria com a guerra contra as drogas até a guerra atual contra o terrorismo. Quais são esses *continua*, as similaridades? Quais são as diferenças?

Seria muito complicado explorar todas as diferenças e similaridades, mas eu gostaria de sugerir que o terreno para produzir o terrorista como um personagem no imaginário do norte-americano reflete também vestígios de pânicos morais prévios, incluindo aqueles instigados pelo medo em massa dos criminosos e dos comunistas. Willie Horton é o exemplo mais dramático da primeira categoria. O anticomunismo mobilizou com êxito ansiedades nacionais — talvez, eu deva dizer, nacionalistas —, como faz a suposta guerra contra o terror hoje em dia. Nenhum desses personagens é inteiramente novo, embora a ênfase tenha sido diferente em diferentes conjunturas históricas.

Permita-me traçar um exemplo da minha própria vida. Quando eu estava na lista dos Dez Mais Procurados pelo FBI, o presidente Nixon se referiu publicamente a mim como terrorista. Nesse episódio, todas as três figuras estavam juntamente articuladas: eu era comunista, terrorista e criminosa. As reações emocionais coletivas à evocação do terrorista estão enredadas com aquelas evocadas pelo criminoso e pelo comunista. Todos representam um inimigo externo contra quem a nação se mobiliza para se salvar. O nacionalismo sempre exige um inimigo — dentro ou fora da nação. Isto não é de agora. As consequências materiais são horrendas, naturalmente. Descendentes de mulçumanos ou árabes — ou aqueles que se parecem com muçulmanos e árabes (o que quer que isso signifique) estão sofrendo terrivelmente nos Estados Unidos e nos países europeus. A ocupação americana do Iraque e do Afeganistão está gerando consequências péssimas e inimagináveis.

Você vem trabalhando num livro novo e importante intitulado *Prisons and History* (Prisões e história). Você poderia falar sobre ele?

Certo. Espero que ele encoraje as pessoas a refletir não apenas sobre a instituição da prisão, mas também sobre a versão particular de democracia para a qual somos convidados a dar o nosso aval. Os direitos e liberdades democráticos são definidos em relação ao que é negado aos presidiários. Então, devemos questionar o tipo de democracia em que vivemos atualmente? Uma democracia que só pode se inventar e se desenvolver como a face afirmativa aos horrores vistos nas fotografias de Abu Ghraib, as agonias físicas e mentais ocasionadas diariamente aqui e no restante do mundo. Esta é uma concepção equivocada da democracia.

Quero tocar num exemplo que desafia ideias convencionais sobre a separação entre prisão e sociedade, um exemplo que reside em nossas reações de espanto às recentes imagens de coerção sexual no Iraque. Reconhecemos o fato de que as presidiárias em todo o mundo são forçadas regularmente a passar por revistas, nuas, nas suas cavidades. Isso quer dizer que as vaginas e os retos são vasculhados. Qualquer mulher capaz de se imaginar — não de imaginar outra mulher, e sim ela mesma — revistada de tal maneira interpretará isso como abuso sexual. Mas como isso ocorre nos presídios, a sociedade supõe que esse tipo de agressão é um aspecto normal e rotineiro do aprisionamento de mulheres e é autojustificado pelo simples fato do aprisionamento. A sociedade supõe que é isso que acontece quando uma mulher é presa. Que é isso que acontece à cidadã privada de seus direitos de cidadã e que, portanto, está certo que a prisioneira seja submetida à coerção sexual.

Quero instigar as pessoas a refletir mais a fundo sobre a dimensão bastante intensa e profunda que tais práticas determinam no tipo de democracia em que vivemos hoje. Gostaria de instigar as pessoas a refletir sobre as diferentes versões de democracia, futuras democracias, democracias fundamentadas no socialismo, democracias nas quais os problemas sociais que possibilitaram o surgimento do complexo industrial-prisional serão, se não completamente solucionados, pelo menos confrontados e reconhecidos.

1. Uma das denominações pelas quais são conhecidos, nos círculos acadêmicos, os países em desenvolvimento. Também denominados países do Terceiro Mundo ou subdesenvolvidos. (N. T.)

2. Em 25 de março de 1931, nove negros foram presos, acusados pelo estupro de duas mulheres brancas. Durante 12 dias, todos os homens foram julgados e condenados num tribunal de Scottsboro, no Alabama. Devido aos corajosos textos de alguns editores de jornal e outros escritores famosos, a Suprema Corte dos Estados Unidos ordenou um segundo julgamento, com a alegação de que os homens

não haviam recebido um aconselhamento jurídico adequado para um crime capital. O Partido Comunista mobilizou-se agressivamente, contratando Samuel Leibowitz como seu consultor jurídico. Um dos querelantes, Ruby Bates, admitiu durante o segundo julgamento que a história havia sido forjada e que nenhum crime fora cometido, mas os homens ainda foram considerados culpados. (N. T.)

Coerção sexual, presídios e reações feministas

Vamos começar pelas revelações de que os Estados Unidos vêm torturando pessoas como parte de sua luta contra o terrorismo — não apenas na baía de Guantánamo, mas também no Iraque, no Afeganistão e nos países para os quais os EUA enviam seus prisioneiros para serem interrogados. Qual é a sua posição a esse respeito?

Muitas informações têm se tornado públicas sobre os abusos cometidos pelos Estados Unidos — as torturas, os abusos, a violação sexual das pessoas detidas na notória prisão de Abu Ghraib, em Bagdá, e em outras partes. Assim como é difícil ver as fotos de tortura tiradas em Abu Ghraib, horripilantes como elas devem parecer — principalmente para as pessoas deste país que têm dificuldade em acreditar que uma mulher jovem e branca da Carolina do Norte pode ser uma autora ativa das torturas apresentadas —, essas práticas abusivas não podem ser descartadas como anomalias. Elas emanam de técnicas de castigo altamente incrustadas na história da instituição da prisão. Ao mesmo tempo em que sei que pode ser difícil para muita gente aceitar o fato de que formas similares de repressão podem ser descobertas nos presídios dentro dos Estados Unidos, é importante não se concentrar nessas torturas como irregularidades excêntricas. Como nós levantamos perguntas sobre a violência associada à importação da democracia no estilo dos Estados Unidos em relação ao Iraque? Que tipo de democracia deseja tratar os seres humanos como lixo? Acho que nós conhecemos a resposta para esta pergunta.

“Uma imagem vale mais do que mil palavras”, diz o ditado popular. No caso de Abu Ghraib, porém, as imagens parecem tanto expressivas quanto repressoras. A fixação pelas imagens parece sugerir que o grotesco é que as *fotos e vídeos* existem e não que a *tortura* existe. Nós não deveríamos ficar mais horrorizados com o fato de que, caso essas imagens não tivessem vazado, nós nunca teríamos o escândalo necessário para confrontar a prática de tortura dos Estados

Unidos?

O que talvez seja ainda mais terrível é que nos projetamos tanto sobre o poder ostensivo da imagem, que o que ela representa, o que ela retrata, perde sua força. O filósofo Theodor Adorno escreveu extensamente sobre a irrepresentabilidade dos atos humanos mais brutais, como aqueles cometidos pelo Terceiro Reich. Nós também devemos refletir sobre a irrepresentabilidade da escravidão e sua miríade de violências e sobre a irrepresentabilidade da tortura nos presídios dos Estados Unidos. As imagens que retratam as torturas em Abu Ghraib foram divulgadas num ambiente tão carregado de suposições sobre a hegemonia da democracia norte-americana, que as imagens em si foram esmagadoramente entendidas no contexto da necessidade de explicá-las em relação à democracia. Em outras palavras, como nós poderíamos interpretar as imagens como atos representativos que fundamentalmente contradizem as suposições reinantes sobre a democracia norte-americana?

A preocupação em resgatar a democracia norte-americana deslocou o sofrimento dos prisioneiros para o segundo plano. Eu tenho a impressão de que as reações de espanto e repulsa, em relação às fotos, queriam dizer “como isso é possível?”, “como isso pode estar acontecendo?” e afirmavam “isso não era para estar acontecendo”. Houve um descrédito e um impulso visando à justificativa, em vez de um compromisso com o significado contemporâneo da tortura e da violência.

As imagens são muito complexas, e nós não promovemos, não num sentido de massa, um ensinamento visual básico necessário para entendê-las criticamente. Pensar nas imagens como uma representação espontânea é problemático e tem em geral o efeito de gerar justamente o oposto do que é esperado. Estou pensando na controvérsia de Rodney King. Por exemplo, nós vimos os policiais espancando Rodney King no vídeo, mas o promotor foi capaz de desenvolver uma interpretação peculiar da imagem que fortaleceu sua alegação de que Rodney King era o agressor. Eu acho que o importante não é supor que as imagens têm uma relação autoevidente com o seu objeto. E é importante considerar a economia particular dentro da qual as imagens são produzidas e consumidas.

As fotos são inseridas numa economia que parece dizer “vejam, nós podemos mostrar isso, pois

somos uma democracia”, e, nesse processo, o fato de que esta mesma democracia cometeu o ato de tortura é ofuscado. Acho que foi isso que aconteceu com Rodney King também. Você consegue desenvolver esse raciocínio?

Nós devemos falar em especial sobre as comunidades interpretativas dentro das quais as imagens vazaram. Obviamente, as reações dominantes implicaram indivíduos específicos como os responsáveis pelas atrocidades vistas nas fotografias, o que quer dizer que eles não devem ser considerados uma ilustração geral sobre o estado da democracia norte-americana. Ou seja, esses atos de tortura e coerção sexual só são concebíveis como trabalho de indivíduos anômalos. Essa estrutura interpretativa ajudou a constituir a economia onde as imagens circularam. Claro que em algumas das mídias alternativas havia o propósito de interpretações mais complicadas, mas a mídia dominante agiu como se as respostas às questões levantadas pelas fotos já fossem conhecidas.

Várias pessoas compararam as imagens de Abu Ghraib a imagens de linchamento da virada do século. É apropriado compará-las, a despeito de algumas diferenças radicais? Afinal, as imagens de linchamento eram de eventos públicos onde cidadãos mataram concidadãos em rituais de pureza racial, com autoridades locais em geral os sancionando. As fotos de Abu Ghraib, por outro lado, são de soldados torturando os supostos combatentes inimigos, se não seguindo ordens explícitas, pelo menos realizando seu dever de soldados. Há também uma encenação pornográfica nas fotos de Abu Ghraib que está ausente, a meu ver, nas fotos de linchamento.

Já que você levantou a questão, eu acho, sim, que existe uma conexão entre esses dois grupos de imagens fotográficas e acho importante reconhecer seu parentesco através dos períodos históricos e locais geopolíticos. Primeiramente, deixe-me responder à sua pergunta sobre cidadãos matarem cidadãos. Os linchamentos podiam ser fotografados como reuniões de celebração, precisamente porque as pessoas que participavam supunham que estavam destruindo outros que não podiam ser inclusos na comunidade de cidadãos. Pode-se argumentar que o linchamento definiu precisamente suas vítimas para além da possibilidade de cidadania. Mesmo que as vítimas formalmente tenham sido cidadãos — cidadãos de segunda classe, no máximo —, o linchamento foi uma das maneiras pelas quais a impossibilidade da cidadania igualitária foi reforçada, especialmente quando você considera a relação entre linchamento e aparato legal. O linchamento foi extralegal, mas estava muito próximo da engrenagem judicial do Estado. Embora os participantes não fossem representantes diretos do Estado ao

realizar esses linchamentos, eles assim se consideravam.

No Sul, durante o período pós-Guerra de Secessão, os linchamentos desempenharam um forte papel, estabelecendo um ambiente condizente com a transformação das constituições estaduais favoráveis à subordinação ao aparato legal, visando às necessidades do racismo. Os linchamentos facilitaram a consolidação de Jim Crow. Mas eles também ajudaram a legitimar a pena capital, que vinha sendo debatida desde o período revolucionário.

Vejo a pena de morte e o linchamento ligados muito estreitamente, em particular quando se considera que ambos têm suas origens na escravidão e que aplicar a morte coletivamente era — e ainda é — muito mais provável de ser justificado quando o cadáver é de um negro do que de um branco. Ao mesmo tempo, devemos manter em mente que, quando tais processos se institucionalizaram, os corpos dos brancos também podiam suportar o impacto dessa violência racial.

Os alvos negros do linchamento — interpretados como representantes de uma população racializada — podem ser vistos como vítimas individuais na construção de um inimigo racial coletivo. Este era o importante papel ideológico do linchamento. A vítima do linchamento torna-se uma materialização individual de um inimigo ideológico. Neste sentido, acho que há claros paralelos entre os atos de linchar e os eventos de Abu Ghraib, a despeito das diferentes circunstâncias sócio-históricas. Linchar era um ato público; hoje, a tortura se esconde atrás dos muros dos presídios. Claro que a punição, ao longo da História, passou de espetáculo público a formas mais escondidas de violência, especialmente com a criação dos presídios. Presídios militares, da forma como existem atualmente, incorporam os regimes e as práticas desenvolvidos dentro do sistema carcerário doméstico. Quando a supremacia do aprisionamento aumentou e os linchamentos diminuíram sob esse impacto, a dimensão pública do aprisionamento começou a dar lugar a formas ocultas de violência.

Hoje, até execuções legais são ocultadas. Tanto os presídios militares quanto os domésticos se submetem ao mandato de ocultar a natureza real da punição de todos, menos de seus executores e alvos. A representabilidade contemporânea da execução se torna possível apenas à medida que parece ter abandonado toda a sua violência prévia. A injeção letal é representada como rápida, humana e indolor. A ironia, claro, é que a ocultação do castigo

possibilitou a proliferação das piores formas de brutalidade e violência.

Em resposta à sua pergunta sobre a dimensão pornográfica das fotografias de Abu Ghraib, eu teria de afirmar que houve também uma dimensão explicitamente pornográfica nas fotografias de linchamento. Primeiro, considere o ambiente ideológico e a explicação dominante proposta pelos defensores (bem como por alguns adversários) do linchamento: os homens negros supostamente seriam propensos a estuprar as mulheres brancas. Os próprios linchamentos eram frequentemente acompanhados por violência sexual e mutilação sexual, castração, desmembramento, assim como a venda de partes do corpo como artefatos de linchamento. Fotografias de linchamento, produzidas como cartões-postais — equivalentes históricos dos cartões de parques de diversões atuais —, eram claramente pornográficas. Isso expressa o que talvez seja a melhor definição de pornografia: objetivação do corpo, o privilégio do corpo desmembrado. Eu teria de pensar nisso um pouco mais; entretanto, acho que existe um paralelo revelador entre a coerção e a violência sexuais dentro do contexto de Abu Ghraib e do papel que a violência sexual desempenha no linchamento.

Orlando Patterson sugeriu que os linchamentos faziam parte de um ritual sangrento, um tipo de limpeza racial.¹¹ Eu menciono isso, pois gostaria de perguntar se o que nós temos nas fotos de Abu Ghraib representa um novo contrato racial.

Um novo contrato racial em que sentido?.

No sentido de brancos contra os “outros” islâmicos, de modo que a religião é tratada racialmente. Um novo contrato racial no qual os norte-americanos se unem contra esse “outro”, esse novo inimigo.

Reluto em admitir a hipótese de que o contrato racial antinegros seja fundamental sob qualquer aspecto. Aqui nos Estados Unidos, nós aprendemos a falar de raça em termos que surgiram da luta pela igualdade negra. Embora a luta hegemônica contra o racismo tenha sido definitivamente uma contestação ao racismo antinegros, ao longo de toda a história deste país, houve outras histórias racializadas e outras formas de dominação racial, ressaltando-se o ataque genocida às populações indígenas. Considero extremamente importante reconhecer a mutabilidade de raça e a alteração das estruturas de racismo. Isto é especialmente importante, pois inúmeras vezes

existe uma tendência a se trabalhar com hierarquias de racismo. Eu me refiro frequentemente à noção de Elizabeth Martinez de “Olimpíadas da opressão”: quem é o mais oprimido? Ela alega, claro, que comprar a briga é um jogo perdido em todos os sentidos.

Então, sim, eu acho importante reconhecer a dimensão na qual o racismo hoje é abastecido pela “guerra contra o terror”. É um processo muito complicado de racialização, pois, segundo se alega, tem em mira originários do Oriente Médio, mas isso, até mesmo como uma categoria geopolítica, é suspeito. A guerra de Bush contra o terrorismo explora a religião e, desse modo, tem como objetivo combater as comunidades em todo o mundo que praticam o islamismo — especialmente no sul e no sudeste da Ásia —, usando a justificativa apresentada por Huntington em sua tese do “choque de civilizações”.

Quando levamos em conta a maneira pela qual as armas convencionais de racismo têm sido transferidas, junto a outras novas — o USA PATRIOT Act,³ a proliferação de centros de detenção e presídios militares —, devemos discutir que, por mais horrenda que essa explosão de violência possa ser, ela contém importantes lições sobre a natureza do racismo. Essas lições contemporâneas são apreendidas mais nitidamente do que aquelas associadas ao racismo que nós reconhecemos como firmado na história dos negros neste país. Mas é difícil pedir que as pessoas reconheçam a obsolescência do racismo histórico, pois possuímos um apego afetivo às identidades baseadas nessa história. Entretanto, as variedades de racismo que definem o nosso período atual estão tão profundamente firmadas em estruturas institucionais e tão complexamente mediadas, que agora parecem ter sido removidas das pessoas que elas ferem com sua violência.

O governo Bush insiste que a “guerra global contra o terrorismo” não é uma cruzada, não é uma guerra religiosa. Contudo, há alguns desdobramentos recentes, particularmente num livro de Erik Saar, um veterano de Guantánamo, que deixa claro que os Estados Unidos vêm utilizando, em Guantánamo e em Abu Ghraib, técnicas de tortura especialmente elaboradas para violar os valores culturais e religiosos dos detentos. Ele descreve, por exemplo, mulheres com atribuição inquisitória, usando trajes sexualmente provocantes ou sadomasoquistas, fingindo tocar os prisioneiros com sangue menstrual e depois fechando o registro de água para que os detentos não tenham como se limpar.¹² Eles estão usando a cultura islâmica como arma, usando a cultura islâmica de um indivíduo como uma sensibilidade que pode ser torturada. Aqui encontramos uma forma de guerra religiosa, mas, neste caso, empreendida pelo Ocidente.

Primeiramente, eu diria que sempre tenho desconfiança quando a cultura é posta como estratégia ou resposta, porque a cultura é tão mais complexa! A aparente explicação cultural a essas formas de tortura revela uma noção bem rudimentar de cultura. Por que se presume que um homem não muçulmano abordado por uma inquisidora feminina vestida como *dominatrix*, que tenta lambuzá-lo com sangue menstrual, reagiria tão diferentemente de um muçulmano? Essas suposições sobre cultura são racistas por si só.

Quando as críticas sobre as torturas realizadas sob os auspícios do governo Bush supõem de forma arrogante que as torturas estão simplesmente explorando o fato de que a cultura islâmica é inerentemente mais sexista do que o que chamamos de cultura ocidental, as próprias críticas participam dessa violência. Esses mal-entendidos acerca da cultura são, portanto, muito efetivos como armas na guerra contra o terror.

A cultura não é estática; ela é viva. Ela tem a ver com práticas diárias, com mudanças, com diferenças. Supor que alguém pode conhecer tudo que é importante a respeito de um indivíduo — um prisioneiro encarcerado em Abu Ghraib ou Guantánamo, por exemplo —, se alguém conhece a “cultura” dele ou dela, é uma proposta racista por si só. É uma indicação do grau com que os Estados Unidos conduzem a guerra contra o terror, a guerra pelo domínio global, com quaisquer armas disponíveis. As armas ideológicas são, com frequência, as mais poderosas. A noção de cultura fomentada pelos guerreiros contra o terror se baseia na ideia de que deve haver uma hierarquia de culturas dentro da qual a “cultura islâmica” já é inferior. Explicar as torturas dentro dessa estrutura pseudocultural significa definir as pessoas que já estão sendo torturadas como inferiores. Portanto, eu me pergunto se é possível pensar sobre a sua pergunta de uma forma diferente — de uma forma crítica quanto ao que tem sido realmente feito com esses seres humanos, com os corpos dos prisioneiros iraquianos, e de uma forma que interprete que os métodos de interrogatório americanos ilustram mais as estratégias e os métodos dos Estados Unidos do que os das pessoas que estão sofrendo a tortura.

Você está sugerindo que nós vemos as práticas empregadas pelos torturadores como se elas não representassem o discernimento cultural dos árabes e dos povos do Oriente Médio, mas apenas os preconceitos dos torturadores?

Sim, exatamente. O que ocorre é que devemos achar que estamos desafiando a tese do “choque de civilizações” de Huntington, mas nós estamos utilizando os mesmos termos, a mesma estrutura. A suposição de inferioridade cultural permanece. E, em última análise, a aceitação sem crítica de certos termos culturais trabalha tanto para a nossa desvantagem quanto os argumentos que justificam a tortura que nós tentamos refutar.

Isso é análogo ao que você disse anteriormente a respeito das imagens de Abu Ghraib: como elas adentram uma economia, mas se tornam evisceradas ou pré-esvaziadas, como as imagens são comunicadas dentro de uma estrutura interpretativa que facilita aceitar a suposição implícita de que uma pessoa deva merecer a tortura simplesmente por causa de sua cultura particular.

Sim, e, mesmo que sejamos moralmente contrários à tortura, mesmo se pensarmos que somos fervorosamente contrários à tortura, o próprio processo de tomar uma posição frontal que lança mão de termos de racismo luta contra a possibilidade de igualdade ou solidariedade. Acabamos por reforçar a inferioridade da pessoa que é vítima de tortura. É um tipo de violência epistêmica que coincide com — ou acompanha — a violência física que pensamos estar contestando. O racismo contra os árabes tornou muito difícil reconhecer a liderança das comunidades que sofreram torturas no Iraque. As vítimas de tortura têm sido materializadas como um problema que os cidadãos liberais norte-americanos devem buscar resolver. Sob várias formas, isso recapitula a história enfadonha de lutas contra o racismo orientado aos negros dentro dos Estados Unidos. Medidas drásticas foram exigidas — a expulsão dos membros brancos do SNCC (Student Nonviolent Coordinating Committee [Comitê Não Violento de Coordenação Estudantil]) —, a fim de revelar a dinâmica do racismo e o que tem sido chamado de privilégios brancos não reconhecidos dentro dos círculos do movimento. Isso não significa dizer que todo ativista branco dos direitos civis foi abertamente racista, e sim insistir no poder — naquela época e agora — das ideologias de inferioridade racial.

Em *The Torture Papers: The Road to Abu Ghraib* (Os documentos da tortura: a estrada para Abu Ghraib),¹³ somos confrontados com a verdade nua de que o nosso governo violou consciente e deliberadamente um dos direitos mais fundamentais do Direito Internacional humanitário: a proibição à tortura. Mas parece que estamos sendo chantageados: quer falemos de tortura ou não, e se é que falamos, a questão gira em torno de quais tipos de tortura são aceitáveis e quais não são.

Sim, é essa a armadilha, mas me parece que não temos escolha para discuti-la. Precisamos indagar quais são as questões mais amplas que estruturam as perguntas que somos autorizados a fazer sobre a tortura. Como você mencionou, essas perguntas são bastante constrangedoras: isso constitui ou não constitui tortura? Como nós podemos quebrar essa estrutura, afastando a pergunta sobre o que é e o que não é tortura? Alguns dos memorandos oficiais apontavam em direção aos diálogos totalmente ridículos de como não rotular formas particulares de violência (como privação de sono, ficar em pé por um longo período de tempo etc.) como forma de tortura. Eles apontaram para esforços declarados para fugir das definições internacionalmente aceitas de tortura e até para tentativas de fugir da estrutura legal norte-americana. Os memorandos também revelam um esforço de tornar comum e rotineiro o que, do contrário, deveria ser definido como tortura.

Tendemos a refletir sobre a tortura como um evento aberrante. A tortura é extraordinária e pode ser claramente distinta dos outros regimes de punição. Mas, se levarmos em conta as diversas formas de violência ligadas à prática de aprisionamento — circuitos de violência que se interligam —, então começamos a ver que o extraordinário possui alguma conexão com o ordinário. Dentro do movimento radical em defesa dos direitos das mulheres detentas, a rotineira revista nas cavidades sexuais é vista como uma forma de agressão sexual. Ativistas como Debbie Kilroy da Sisters Inside¹⁴ apontaram que, se os uniformes forem substituídos por roupas civis — os uniformes dos guardas e das prisioneiras —, o ato de revista pareceria idêntico à violência sexual experimentada pela prisioneira que é obrigada a tirar as roupas, inclinar-se para a frente e a abrir as nádegas. No caso de buscas na vagina e no reto, rotineiramente praticadas nas detentas dos Estados Unidos, o *continuum* da violência sexual é ainda mais óbvio.

Para livrar-se dessa chantagem, como você diz, para ir além dos termos admissíveis, é válido considerar as ligações entre a violência diária nos presídios e a tortura. Claro que sabemos que alguns dos militares envolvidos no escândalo de Abu Ghraib haviam trabalhado anteriormente como guardas em presídios domésticos. Isso remete a uma ligação mais profunda entre a situação de Abu Ghraib e as práticas de aprisionamento doméstico. Não é uma coincidência o fato de que Charles Graner, recém-julgado e condenado por seu papel nas torturas, tenha trabalhado como guarda prisional em SCI-

Greene, a instalação em que prisioneiros do corredor da morte — incluindo Mumia Abu Jamal — são mantidos na Pensilvânia. Aliás, havia pelo menos duas ações judiciais contra ele arquivadas por abuso dentro da prisão. Lógico que não quero sugerir que a história prévia de Graner como guarda prisional seja uma explicação suficiente para as torturas em Abu Ghraib, especialmente se esse argumento for usado para eximir a hierarquia militar e o governo Bush de sua responsabilidade. Ao contrário, estou tentando lançar uma luz sobre as relações entre a instituição dos presídios militares e a dos presídios domésticos. O que no dia a dia é aceito como conduta necessária pelos guardas prisionais pode facilmente virar o tipo de tortura que viola os padrões internacionais, em especial sob o impacto do racismo. Fanon uma vez levantou a questão de que a violência paira sempre sobre o horizonte do racismo. Em vez de contar com uma taxonomia dos atos que são definidos como tortura e os que não são, pode ser mais revelador examinar como um aparato de práticas institucionalizadas na realidade possibilita o outro.

Deixe-me voltar à questão do contrato racial que estávamos discutindo anteriormente. Implícita nessa questão há uma outra, a saber: se o uso da tortura deu expressão a um novo contrato: o contrato de oportunidades iguais, de tortura racial-sexual no qual a igualdade de gênero significa que todos podem participar igualmente da degradação de si mesmos enquanto infligem sofrimento aos prisioneiros. Existe uma dimensão de gênero muito explícita nas fotos de Abu Ghraib...

As representações dos soldados do sexo feminino foram bem dramáticas, e a maioria das pessoas as achou bastante perturbadoras. Mas também devemos dizer que elas forneceram evidências poderosas daquilo que as análises feministas mais interessantes tentaram explicar: que existe uma diferença entre o corpo gerado como fêmea e o conjunto de discursos e ideologias que informam o sistema de sexo/gênero. Essas imagens serviram como uma espécie de visualização dessa conjunção de sexo/gênero. Nós não estamos acostumados a apreender visualmente a diferença entre as ideologias supremacistas de corpos femininos e masculinos. Portanto, ao vermos imagens de uma mulher empenhada num comportamento que associamos ao domínio masculino, ficamos assustados. Mas não deveria ser assim, especialmente se levarmos a sério o que sabemos da construção social de gênero. Especialmente dentro de instituições que dependem das ideologias do domínio masculino, as mulheres podem facilmente ser levadas a cometer os

mesmos atos de violência esperados dos homens — assim como os negros, em virtude de serem negros, não estão imunes à acusação de promoverem o racismo.

As imagens a que você se refere evocam a lembrança de um comentário feito por Colin Powell durante a I Guerra do Golfo. Ele disse que as forças armadas eram a instituição mais democrática na nossa sociedade e criou um contexto no qual as pessoas poderiam fugir das restrições de raça e, podemos acrescentar hoje, também de gênero. Essa noção de forças armadas como uma instituição igualitária, que estabelece que todos os membros são iguais, é assustadora e perigosa, pois você deve futuramente chegar à conclusão de que essa igualdade versa sobre oportunidades iguais de matar, torturar, ocupar-se de coerções sexuais. Na época, achei muito esquisito que Powell apontasse para a instituição mais hierárquica, com sua rígida cadeia de comando, como o epítome da democracia. Hoje, eu diria que essa concepção de democracia revela os problemas e limitações das estratégias e dos discursos de direitos civis.

Isso é válido não apenas no que diz respeito à raça e ao gênero, mas também no que concerne à sexualidade. Por que o esforço de desafiar o sexismo e a homofobia dentro das forças armadas é tão amplamente definido pela questão de admiti-los nas hierarquias existentes, e não como uma crítica poderosa da própria instituição? A igualdade deve ser considerada com o igual direito de recusar e resistir.

Eu reformularia sua pergunta original da seguinte maneira: Como devemos considerar que a representação visual de corpos femininos colaborando em atos de tortura sexual — forçando homens árabes a se masturbar publicamente, por exemplo — exija uma análise feminista que desafie as suposições prevalecentes de que a única relação entre mulheres e violência requer que as mulheres sejam vítimas?

Você antecipou a minha próxima pergunta. Barbara Ehrenreich escreveu que “um certo tipo de ingenuidade feminista morreu em Abu Ghraib. Um feminismo que via os homens como criminosos eternos, as mulheres como vítimas eternas e a violência sexual masculina contra as mulheres como a raiz de toda a injustiça”.¹⁵ O que significam Guantánamo e Abu Ghraib para as feministas?

Para as feministas ingênuas? Aqui eu teria de enfatizar “ingênuas”. É claro que essa pergunta sobre o que conta como feminismo foi veementemente

debatida sabe-se lá por quanto tempo. Contudo, acho que a maioria das teóricas e ativistas feministas contemporâneas reconhece que a categoria “mulher” é uma unanimidade falsa, graças, em grande parte, aos trabalhos acadêmicos e ao ativismo associados ao “feminismo das mulheres de cor”. É verdade que, no discurso popular, temos uma tendência a utilizar noções essenciais sobre o que as mulheres fazem e não fazem e sobre o que os homens fazem e não fazem. A noção de que os homens têm uma inclinação natural para cometer violência sexual e de que essa é a raiz de toda a injustiça é algo que a maior parte das boas feministas abandonou há muito tempo. Não sei ao certo por que Barbara Ehrenreich formularia uma resposta às fotos de Abu Ghraib dessa maneira. Uma abordagem mais produtiva seria refletir mais precisamente sobre as formas de socialização e institucionalização e sobre o grau em que esses moldes e estratégias misóginas estão disponíveis para as mulheres, assim como para os homens. Quando se veem certas práticas inquestionavelmente aceitas por certos guardas do sexo feminino nos presídios dos Estados Unidos, pode-se vislumbrar o potencial para a coerção sexual que estava no âmago das estratégias de tortura em Abu Ghraib. Volto, portanto, à questão daqueles circuitos de violência estabelecidos nos quais tanto as mulheres quanto os homens tomam parte, às técnicas de racismo praticadas não apenas pelos brancos, mas também pelos negros, latinos, americanos nativos e asiáticos. Hoje, podemos dizer que a todos nós tem sido oferecida uma oportunidade igual de perpetuar o domínio e o racismo masculinos.

Então, você daria ênfase às instituições de violência, à institucionalização de certos mecanismos de violência, em vez de saber se o ato é cometido por homens ou mulheres.

Exatamente. Estou me referindo a uma análise feminista que nos capacita a refletir sobre esses objetos e processos diferentes, e algumas vezes díspares, simultaneamente. Essa abordagem feminista não estaria sempre obrigada a colocar a “mulher” ou o “gênero” no centro, mas, quando ela tenta compreender o gênero, presta uma atenção especial à produção do gênero dentro e através dessas instituições. De uma maneira geral, eu diria que o impulso radical da análise feminista é precisamente pensar desesperadamente sobre as categorias juntas, pensar através das fronteiras disciplinares, pensar através das divisões categóricas. Isso é precisamente o que as fotografias de

Abu Ghraib demandam.

Deixe-me voltar à questão que nos ronda e perguntar-lhe, à luz de Abu Ghraib e Guantánamo, o que as feministas dos Estados Unidos e do Ocidente têm a dizer às mulheres islâmicas e do Oriente Médio?

Sabe, quando você faz essa pergunta, a seguinte imagem histórica me vem à mente: feministas norte-americanas, brancas, viajando para o Irã após a derrubada do Xá em 1979, numa tentativa de educar as iranianas sobre o melhor modo de iniciar uma trajetória feminista. Ou, em termos contemporâneos, penso em George e Laura Bush, posando como libertadores das mulheres, explicando que esse foi um dos motivos para invadir o Afeganistão. Se a guerra global contra o terrorismo é justificada com ideias sobre a superioridade da democracia dos Estados Unidos, é igualmente perigoso presumir que o feminismo norte-americano — seja ele liberal ou radical — é superior aos feminismos de outras partes do mundo. Talvez eu reformulasse a sua pergunta: o que as mulheres nessas regiões do mundo que mais sofrem sob a política da guerra global de Bush têm a dizer às feministas ocidentais? Parece-me que aquelas de nós, aqui nos Estados Unidos, que se interessam por um projeto de feministas transnacionais serviriam melhor à causa da liberdade ao fazer perguntas em vez de propostas. Eu gostaria de saber como as feministas e ativistas da classe operária em países como o Iraque imaginam o nosso papel mais produtivo. Enquanto isso, devemos continuar a reforçar o movimento antibélico.

Você traz à baila a suposição paternalista na minha pergunta, segundo a qual as feministas do Ocidente, e dos Estados Unidos, precisam instruir as mulheres islâmicas sobre como proceder. Elas podem fazer esse trabalho por si mesmas.

Exatamente. Nós ainda não saímos da suposição de que as feministas mais avançadas do mundo — sejam elas brancas ou de cor — residem nos Estados Unidos e na Europa. Esta é uma forma de racismo que impede a possibilidade de solidariedade.

Em seu trabalho sobre os presídios, você observou que a coerção sexual é fundamental ao regime carcerário. As revelações de tortura sexual em Guantánamo e Abu Ghraib, porém, estão implantando a ideia de que tais extremos apenas ocorrem além-mar e que são acontecimentos raros. É como se o sistema industrial-prisional tivesse se duplicado fora dos Estados Unidos, a fim

de desviar a atenção da realidade doméstica diária de tortura e coerção sexual.

O complexo industrial-prisional abrange um vasto conjunto de instituições, desde as mais óbvias, como os presídios e os diversos locais de encarceramento como as cadeias, “cadeias no território dos índios”, centros de detenção para os imigrantes e presídios militares até as corporações que lucram com o trabalho carcerário ou com a venda dos produtos que sustentam o encarceramento, a mídia, outras agências governamentais etc. As ideologias têm um papel central ao consolidar o complexo industrial-prisional — por exemplo, o marketing da ideia de que os presídios são necessários à democracia e que são o maior componente para a solução dos problemas sociais. Em todo o mundo, o racismo esteve incrustado em práticas de cárcere: seja nos Estados Unidos ou na Austrália, ou mesmo na Europa, você descobrirá um número desproporcional de pessoas de cor e de pessoas do Sul Global encarceradas em cadeias e presídios. As torturas diárias sofridas pelos detentos dos presídios domésticos nos Estados Unidos possibilitaram a justificativa do tratamento concedido aos prisioneiros de Abu Ghraib e Guantánamo. Como eu disse antes, dificilmente o fato de um guarda prisional como Charles Graner ser recrutado para trabalhar em Abu Ghraib foi acidental. Ele já estava familiarizado com as várias formas com que as prisões coisificam e desumanizam seus habitantes.

Sim, isso na verdade consta num dos relatórios oficiais. Foi apontado que as forças armadas nomearam Graner por causa de sua experiência.

Exatamente. Portanto, as conexões não precisam ser feitas de fora. Elas já estão lá para serem descobertas. Como eu disse antes, eles deviam saber que essa pessoa já havia sido alvo de duas ações judiciais. Em uma das ações, Graner foi acusado de jogar um detento no chão, chutá-lo e espancá-lo, além de ter colocado giletes em sua comida. Na outra ação, ele foi acusado de erguer um detento pelos pés e jogá-lo dentro de uma cela.

Há um outro paralelo interessante que eu gostaria de inserir no contexto desta questão, que é o grau com que os Estados Unidos transferem detentos propositadamente para outros países cujos governos têm liberdade para interrogá-los e torturá-los sem responsabilidade ou restrição. Este processo é oficialmente chamado de “rendição extraordinária”.

Quais são os paralelos entre a rendição extraordinária e o tráfico de

prisioneiros através das fronteiras estaduais? Vários anos atrás, vieram a público imagens de vídeo que retratavam o tratamento brutal aplicado aos detentos do Texas, confinados numa ala do Centro de Detenção de Brazoria, administrado pela empresa privada Capital Correctional Resources, Inc. Essa ala abrigava prisioneiros do Missouri que haviam sido transferidos para cumprir pena no Texas. Esse videotape registra as estratégias de treinamento de supressão de rebeliões e ficou disponível para a mídia a partir de uma ação judicial movida por um prisioneiro que havia sido mordido por um cão durante o treinamento. Os guardas chutavam os prisioneiros, davam-lhes choques elétricos e mandavam que eles engatinhassem enquanto cachorros os perseguiam. Em resposta a essa violência, o Missouri cancelou o contrato com a empresa. Mas isso não pôs fim à prática do tráfico de prisioneiros pelas fronteiras estaduais, bem como o tráfico pelas fronteiras nacionais.

A prática da rendição extraordinária é formulada de modo a possibilitar que os prisioneiros sejam interrogados e torturados sem que o governo dos Estados Unidos seja diretamente responsável. Eu acho que você tem razão quando diz que há uma suposição generalizada de que a tortura nunca poderia ocorrer dentro das fronteiras dos Estados Unidos. Na verdade, nos primeiros diálogos acerca da violação dos direitos humanos dos prisioneiros em Guantánamo, as autoridades do governo fizeram uma distinção entre o que era permitido fora e dentro do território norte-americano. Elas afirmaram que esses direitos eram processos previstos e que o direito ao aconselhamento jurídico só poderia ser pedido dentro das fronteiras norte-americanas, mas não necessariamente fora delas. Da mesma forma, Alberto Gonzales classificou as Convenções de Genebra como demasiado “antiquadas” para serem aplicadas a “combatentes ilegais” encarcerados na baía de Guantánamo.

Quais são as perspectivas para a abolição das prisões, tendo em vista essa guerra perpétua contra o terrorismo? O sistema carcerário, com seu excesso de violência e tortura, parece ter se consolidado no governo norte-americano. De que forma podemos convencer os norte-americanos de que este sistema é um câncer no coração da democracia?

Não há uma resposta exata para essa pergunta, mas posso começar a pensar sobre algumas das implicações da sua pergunta. O movimento abolicionista tem uma longa história, e, durante diversos períodos, os ativistas vêm mantendo essas condições prevaletentes em presídios e cadeias, juntamente

com o seu fracasso em cumprir sua proposta anunciada, constituindo-se no argumento mais forte para a abolição. Naturalmente, as condições tornaram-se ainda piores com o passar dos anos, e uma quantidade inimaginável de pessoas — mais de dois milhões — atualmente é mantida na rede de presídios e cadeias dos Estados Unidos. Além disso, testemunhamos como essas instituições podem se posicionar na luta norte-americana pelo domínio global — e este constitui mais outro argumento para sua abolição.

Ao exigirmos a abolição das prisões, não imaginamos o desmantelamento isolado das instalações que chamamos de presídios e cadeias. Não é esse o projeto da abolição. Nós propomos a noção de um complexo industrial-prisional para refletir o grau com que as prisões são profundamente estruturadas pelas condições sociopolítico-econômicas de forma que essas mesmas condições sejam desmanteladas. Então pode-se dizer que a abolição das prisões é uma forma de discutir os problemas da versão particular de democracia representada pelo capitalismo norte-americano.

O capitalismo — especialmente em sua forma global contemporânea — continua a gerar problemas que nem ele nem suas prisões são capazes de solucionar. Desse modo, a abolição das prisões exige que reconheçamos o grau em que a nossa atual ordem social — onde está incrustada uma complexa coleção de problemas sociais — precisará ser radicalmente transformada.

As estratégias de abolição das prisões refletem uma compreensão das relações entre instituições que normalmente consideramos díspares e desconexas. Elas refletem um entendimento do grau em que o uso excessivo do aprisionamento é consequência das oportunidades desgastadas de educação, que são ainda mais reduzidas ao se usar o cárcere como uma falsa solução para a precária educação pública. A pobreza persistente no coração do capitalismo global leva a populações carcerárias maiores, que, por sua vez, reforçam as condições que reproduzem a pobreza.

Quando me refiro à abolição das prisões, gosto de citar a noção de Du Bois sobre democracia da abolição. Que significa falar não unicamente, e nem fundamentalmente, sobre a abolição como um processo negativo de demolição, mas também como um processo de construção, de criação de novas instituições. Embora Du Bois tenha se referido muito especificamente à escravidão e à sua separação legal como instituição econômica, a observação de que esse processo negativo por si só já era insuficiente tem

ressonâncias profundas para a abolição das prisões hoje. Du Bois salientou que, para abolir completamente as condições opressivas produzidas pela escravidão, novas instituições democráticas teriam de ser criadas. Por isso não ter ocorrido, os negros encontraram novas formas de escravidão — da peonagem de dívidas e do sistema de locação de mão de obra prisional até a educação segregada e de segunda classe. O sistema carcerário continua a pôr em prática esse terrível legado. Ele se tornou um receptáculo para todos aqueles indivíduos que carregam a herança do fracasso em criar a democracia da abolição logo depois do período da escravidão. E essa herança não nasceu apenas com os prisioneiros negros, mas também com os prisioneiros latinos, americanos nativos, asiáticos e brancos pobres. Além disso, seu uso como receptáculo para pessoas consideradas como detritos da sociedade está em ascensão em todo o mundo.

À luz da “guerra contra o terror”, quais são, então, as perspectivas para a abolição das prisões? Eu utilizo aqui a expressão “abolição das prisões” pois um dos maiores desafios é persuadir as pessoas de todas as classes — mas especialmente aquelas que são as mais lesadas por essas instituições — de que um mundo sem prisões é concebível. A necessidade de gerar um diálogo sobre as perspectivas para a abolição talvez seja ainda maior agora, pois, atrelada à abolição das prisões, está a abolição dos instrumentos de guerra, a abolição do racismo e, como não poderia deixar de ser, a abolição das circunstâncias sociais que levaram homens e mulheres pobres às forças armadas como seu único caminho de fuga da miséria, da falta de moradia e de oportunidades.

Assim como era importante durante a Guerra do Vietnã situar a oposição àquela guerra dentro de um contexto que reconhecesse o complexo industrial-militar, hoje também é importante revelar as conexões entre o complexo industrial-militar e o complexo industrial-prisional, e as possíveis relações entre as formas de resistência que ambos suscitaram. Quanto aos dias de hoje, aproximadamente 5.500 soldados são classificados como desertores — muitos deles objetores de consciência. Esse número alto de resistentes dentro das forças armadas reflete o fato de que muitos homens e mulheres que foram mandados ao Iraque ou que temem ser mandados entraram nas forças armadas não com o intuito de defender as ambições imperialistas do governo Bush, mas sim por estarem buscando oportunidades de viagem, educação e outras chances que lhes são negadas por suas origens raciais e econômicas. O

caso mais famoso é o de Jeremy Hinzman, um jovem soldado branco que se candidatou, sem êxito, à condição de objetor de consciência antes de ser enviado pelas forças armadas para o Afeganistão e, posteriormente, para o Canadá, quando ele soube que ia ser mandado para o Iraque. Cindy Sheehan⁴, que passou um mês protestando do lado de fora da casa de Bush em Crawford, Texas, onde ele passava férias em agosto de 2005, uniu-se ao movimento antiguerra depois que o seu filho, Casey, morreu numa emboscada no Iraque. Casey, ela diz, só havia entrado nas forças armadas para receber ajuda de custo para terminar a faculdade.

Os desafios das forças armadas são muito parecidos com a luta pela abolição das prisões. Focar mais especificamente na abolição das prisões, vejo como um projeto que envolve reimaginar as instituições, ideias e estratégias, e criar novas instituições, ideias e estratégias que tornarão os presídios obsoletos. Foi por isso que dei este título ao livro que escrevi a respeito das prisões, *Estarão as prisões obsoletas?*.¹⁶ Cabe a nós insistir na obsolescência do encarceramento como forma dominante de castigo, mas não podemos fazer isso brandindo machados e investindo literalmente contra os muros dos presídios, mas sim reivindicando novas instituições democráticas que discutam os problemas que nunca são discutidos pelos presídios de maneira produtiva.

3. Ato do Congresso dos Estados Unidos que o presidente George W. Bush assinou, tornando-o lei, em 26 de outubro de 2001 (45 dias após o 11 de Setembro). O acrônimo significa “Uniting and Strengthening America by Providing Appropriate Tools Required to Intercept and Obstruct Terrorism Act of 2001” (“Ato de 2001 para unir e fortalecer os Estados Unidos ao providenciar ferramentas apropriadas necessárias para interceptar e obstruir o terrorismo”). (N. T.)

4. Membro fundadora da Gold Star Families for Peace (GSFP), organização norte-americana fundada em janeiro de 2005 por pessoas que perderam membros de suas famílias na invasão do Iraque em 2003. (N. T.)

Democracia da abolição

Apesar de sermos obrigados juridicamente pelo direito nacional e pelo direito internacional a não torturar, o que a mídia dominante parece enfocar é se e quando usar a tortura, como se tanto o direito nacional quanto o internacional pudessem ser suspensos se as autoridades julgassem isso necessário. De que forma permitir que o debate público sobre tortura implique um ataque à integridade moral dos cidadãos e da democracia? A democracia tem algo a ver com a moral?

O debate público sobre a tortura tem se limitado pela convicção difundida de que a democracia é a quintessência norte-americana e que qualquer estratégia elaborada para proteger ou defender a versão norte-americana da democracia é legítima. Um outro problema sobre esse debate é que a versão norte-americana de democracia tornou-se cada vez mais um sinônimo de capitalismo, e o capitalismo tornou-se cada vez mais definido por sua habilidade de cruzar o globo. É isso que tem estruturado o debate sobre a tortura e permitido que os dilemas morais sobre a tortura sejam expressos junto com a noção de que formas admissíveis de violência são necessárias se a democracia norte-americana tiver de ser preservada, dentro e fora dos Estados Unidos. Em última análise, essas posições morais contra a tortura não têm o poder de desafiar a exceção norte-americana. Essa cisão não questionada entre a oposição moral a práticas particulares e o que é considerado imperativo para salvar a nação possibilitou uma torrente de debates ofuscantes sobre o terrorismo, por um lado, e a prática de tortura, por outro.

Obviamente, é importante fazer objeção à tortura como técnica de controle que milita contra os ideais e promessas de democracia nos Estados Unidos. Mas, quando a democracia dos Estados Unidos se torna o barômetro por onde toda e qualquer conduta política é julgada, não é difícil transformar atos específicos de tortura numa conduta tolerável, numa conduta que

necessariamente não viola a integridade moral da comunidade.

Há uma miríade de exemplos da incapacidade da moral em transformar a esfera política. Quando a tortura é impingida a seres humanos marcados como racial e culturalmente inferiores — como o povo do Iraque —, não é difícil deslocar discussões sobre a tortura para um registro mais geral, ignorando assim os danos que ela acarreta nos indivíduos.

Eu tenho muita desconfiança no discurso que insinua que a tortura é mais prejudicial aos seus executores do que às suas vítimas. Sim, é verdade que as revelações com respeito às técnicas brutais de interrogatório em Guantánamo e os atos de violência física e coerção sexual em Abu Ghraib levantam perguntas significativas sobre esta sociedade, seu governo, suas forças armadas e suas práticas carcerárias. Entretanto, quando isso faz sombra ao sofrimento profundo dos homens e mulheres que foram torturados, revela-se o grau com que as reverberações da moral podem sustentar o próprio racismo que possibilitou a tortura em primeiro lugar. Portanto, é importante não dar como certo que a resistência à tortura nos Estados Unidos sempre implique solidariedade com as vítimas. Ao mesmo tempo que questionamos o governo e as forças armadas por seu papel na aplicação da tortura, também precisamos questionar nossa capacidade em imaginar as vítimas como seres humanos — indivíduos — iguais a todos nós que por acaso vivem no norte do globo.

Como, então, a questão da tortura pode ser formulada, de modo a não autorizar uma prática justificatória que não considera o impacto da tortura em certos seres humanos, no corpo e na mente deles? Os direitos humanos desempenham um papel fundamental aqui — e é significativo que, depois de décadas reivindicando fraudulentamente para si os registros de direitos humanos mais progressistas do mundo, os Estados Unidos estejam agora na defensiva. Os processos movidos pelo Centro de Direito Constitucional em nome dos detentos dentro e fora dos Estados Unidos são um exemplo da resistência às políticas e práticas do governo Bush. Eu já fiz alusão à importância de se desenvolver uma análise do racismo. Isso faltou claramente nos debates desencadeados pela divulgação das fotos de Abu Ghraib. Como o significado da tortura muda de acordo com seus alvos?

Ariel Dorfman uma vez escreveu que um dos problemas com o discurso da tortura na esfera pública é que ele põe os cidadãos na condição de terem que se separar da dor dos outros. É por isso que chamo a tortura de crime contra a imaginação moral. Tem sido pedido a nós, como

cidadãos, que nos separemos do sofrimento alheio, aniquilando, dessa forma, as dimensões morais e emotivas de nossa cidadania.

Numa conversa anterior, discutimos a estrutura dentro da qual as imagens de tortura de Abu Ghraib foram interpretadas pela população — o esquema interpretativo oferecido à população que ajudou a produzir uma certa compreensão das fotografias. Eu dizia que essa estrutura interpretativa, de provocar reações de incredulidade, depois um sentimento de trauma nacional — trauma feito à nação —, impedia a solidariedade com as vítimas. Isso revelou, se você quiser, os limites de nossa imaginação moral coletiva. Os seres humanos representados nas fotografias tornaram-se objetos abstratos das formas de tortura que consideramos um anátema contra a democracia. Corpos nus empilhados numa pirâmide; corpos compelidos a simular atos sexuais; cabeças encapuzadas — quem são todas essas pessoas? Podemos imaginá-las como trabalhadores, artistas, educadores, pais, filhos? Podemos nos imaginar no lugar delas? Não acho que fomos encorajados a pensar nas fotos dessa maneira. Num certo sentido, as reações públicas às fotos de Abu Ghraib tendiam a recapitular as suposições da hegemonia dos Estados Unidos que transformaram o povo do Iraque — e, obviamente, Saddam Hussein como o habitante quintessencial daquele país — em materializações de um inimigo ideológico.

Eu também levantei a questão anteriormente de que um dilema semelhante pode ser descoberto no modo com que as reações históricas ao linchamento — mesmo aquelas que vigorosamente se opuseram ao linchamento — tendiam sempre a apagar a humanidade dos negros vítimas da violência. Dessa forma, os opositores ao linchamento acabavam por vezes fazendo o trabalho de seus adversários.

Então, a estrutura interpretativa dominante dentro da qual os diálogos públicos sobre a tortura ocorrem nos Estados Unidos só serve para reafirmar, defender e reforçar as suposições preexistentes acerca da natureza da democracia norte-americana — suposições oficiais. Por conseguinte, o próprio sofrimento humano mostrado nas fotos permanece fora da estrutura discutível e é, portanto, suspenso e não reconhecido.

Particularmente, ao considerar o grau que o excepcionalismo norte-americano informa as maneiras com que somos levados a pensar sobre a “guerra contra o terror”. Esta abordagem particular da tortura afirma o excepcionalismo norte-americano, a superioridade da democracia dos Estados Unidos.

Eu gostaria de mudar de assunto agora e começar a lhe indagar sobre a inutilidade do termo “Império”. Tendo lido muito de sua obra, não me recordo de você utilizá-lo amplamente.

É um termo útil. Eu tendo mais a usar o termo *imperialismo* do que o termo *império*. Enquanto penso nas razões que me levam a agir assim, me ocorre que eu provavelmente queira reter uma conexão muito específica com o capitalismo, que não envolve necessariamente o termo império, que é mais global. Não é porque eu não acredite que ele seja um termo útil, e sim porque quero lançar uma luz sobre o modo com que a atual agressão militar no Iraque e as políticas de guerra global do governo Bush ressoam na história e, em particular, na guerra contra o Vietnã. Eu também quero manter em mente o movimento correspondente do capital ao longo da história e hoje. O discurso sobre a globalização de vez em quando nos dá a impressão de que o capital só se tornou global recentemente, e que essas migrações globais são um produto afastado do que é chamado de era da informação. É importante lembrar que o capital possui um histórico longo e brutal de atravessar as fronteiras nacionais — o imperialismo, como Lenin e Rosa Luxemburgo observaram há tanto tempo, não é um parceiro menor do capitalismo, e sim uma característica fundamental de seu desenvolvimento. Hoje, nós nos referimos a esta era como uma era definida pelo poder de organizações financeiras internacionais como o FMI e o Banco Mundial e pela capacidade do capital de não apenas cruzar as fronteiras nacionais, mas também de reestruturar enormes economias, fazendo estragos nas relações sociais em toda parte. Esse novo imperialismo significa que o capital entrou nos espaços mais íntimos não somente transformando a atividade econômica das pessoas (jovens garotas no Sul Global produzem as roupas e sapatos do mundo) — mas também transformou seus sonhos de futuro. Talvez seja por esta razão que aceito usar o termo imperialismo.

Embora eu venha falando sobre a virada do século XXI, pode ser importante relacionar os desenvolvimentos desta era com a virada do século XX, a ascensão do capital monopolista e as aventuras imperialistas dos Estados Unidos em Cuba, Porto Rico, Havaí e Filipinas. Também é importante relacionar o papel que essa agressão militar desempenhou na construção de um Estado racial em termos domésticos: a consolidação de Jim Crow, a industrialização do Sul, a migração dos capitalistas industriais para os Estados do Sul dos EUA. Na minha própria estrutura conceitual, tento

manter todos esses momentos históricos na conversa, razão pela qual utilizo o termo mais processual: imperialismo.

O historiador William Appleman Williams, em seu pequeno e importante livro, *Empire as a Way of Life* (O Império como um meio de vida), falou de uma “história imperialista, psicologia imperialista e ética imperialista” norte-americanas. Pode-se argumentar que Guantánamo e Abu Ghraib são exemplos dessa ética e filosofia imperialistas. Uma psicologia de total desprezo, desconsideração, desumanização e arrogância sem fronteiras, por um lado, e, por outro, uma ética de impunidade, assimetria e ilegalidade. Esses não são aspectos do Império como estilo de vida?

Sim, totalmente. Mas ainda insisto no reconhecimento do fato de que o suposto objetivo desse projeto imperialista é garantir a regra da democracia. E isso deve ser percebido como uma contradição flagrante: a busca do domínio global por meios militares racionalizada pela defesa e disseminação da democracia norte-americana — ou devemos dizer capitalismo? Eu acho esse comodismo ainda mais ameaçador do que a arrogância, que é explicitamente exibida pelo governo Bush e pela maneira com que muitos de nós aceitam sem questionar. A noção de democracia tem se formado como uma *commodity* que pode ser exportada, vendida ou imposta a populações inteiras.

A dimensão imperial desse projeto ainda é mais gritante quando se considera o grau com que os direitos e as liberdades normalmente associados à democracia são arrogantemente subordinados a uma superioridade e controle asseverativos sobre as pessoas do mundo inteiro. Considere a forma com que as eleições no Iraque são organizadas para o consumo do povo dos Estados Unidos. O direito ao voto, naturalmente, é representado como o momento quintessencial da democracia. Por isso, fomos instados a apagar momentaneamente de nossa memória tudo que preparou o caminho para essas eleições — os bombardeios, as invasões e as ocupações que continuam a causar mortes, mutilações, destruições, desmantelamento de instituições e a profanação de uma das culturas mais antigas do mundo. O imperialismo norte-americano se torna ainda mais ameaçador quando força cada vez mais nossa capacidade de imaginar o que deve ser uma autêntica democracia. Enquanto a imposição da democracia é oferecida como o maior objetivo dessa agressão militar, a “democracia” perde todo e qualquer significado substantivo que deva ter e é confinada à formalidade de se exercer o direito

ao voto. Esta noção limitada de democracia — tanto para o Iraque quanto para os Estados Unidos — exclui as noções de democracia que insistem na justiça e na igualdade econômicas, raciais, de gênero e de sexo.

Não é também por causa do império que, assim como o pai, Bush filho nunca imaginou — e nunca pôde — se desculpar? Ou seja, esse tipo de arrogância e indiferença não é uma presunção descarada e brutal do império?

Sim. Ocorre-me que tem havido presidentes com uma tendência maior à humildade.

Como Clinton, que foi à América Latina se desculpar pelo episódio Irã-Contras.⁵

Ou, ainda para citar um exemplo doméstico, quando Clinton se desculpou pelo Experimento Tuskegee⁶ ou tentou se desculpar pela escravidão. Mas também me ocorre que o governo Clinton fez muito para preparar o caminho das políticas interna e externa de Bush. Isso não quer dizer que eu não preferiria uma Presidência Clinton hoje. Claro que eu preferiria, mas a continuidade entre as políticas desses dois governos não pode ser ignorada. E não tenho certeza se faria uma grande diferença ter um presidente com a intenção do domínio global e desejoso de fazer uma guerra, a fim de manter a hegemonia dos Estados Unidos que presumisse uma postura mais apologética ou humilde nesse processo. Muitas pessoas progressistas se identificaram com Clinton durante seu mandato de presidente e não reconheceram a necessidade de uma oposição organizada. Se tivéssemos reagido mais fortemente aos ataques do governo Clinton ao Sudão e ao Iraque, talvez se pudesse evitar a guerra atual. E não vamos esquecer que foi no governo Clinton que o complexo industrial-prisional começou a se consolidar. Foi nesse período que se tornou cada vez mais difícil fazer uma distinção entre políticas republicanas e democráticas. Entretanto, as pessoas que se consideravam progressistas estiveram muito mais dispostas a reconhecer Clinton como seu líder. Estamos agora em condições de tirar lições importantes sobre as falhas do ativismo radical e progressista ao longo desse período.

Acho que existe uma espécie de identificação entre o povo norte-americano e o presidente. É isso que Williams chama de psicologia imperialista. É simplesmente impressionante que, a despeito

das mentiras, da decepção e da manipulação de Bush, ele consiga ser reeleito. Quando altos funcionários do governo e presidentes pisoteiam a verdade e a lei, conforme salienta Arundhati Roy, estamos no meio do império.¹⁸ Os norte-americanos o reelegeram. Por quê? Isso não é parte dessa psicologia imperialista?

Um pânico moral foi gerado pelo 11 de Setembro e pelo espectro subsequente do terrorismo, que coloca a segurança no centro de todas as discussões, tanto a favor quanto contra a guerra no Iraque. Esse foco na segurança como política militar interna e externa ajuda a manufaturar o medo ubíquo que leva as pessoas a ignorar as dimensões de segurança que requereriam atenção sobre questões como saúde pública, educação e habitação, por exemplo. O problema da Presidência não é fundamentalmente uma questão de engano — a maioria das pessoas, a despeito de suas filiações políticas e de seu nível escolar, tem como certo que os políticos mentem e enganam. É essa a natureza do jogo, e não estou certa se Bush é distinguido por sua capacidade de enganar. Ele foi reeleito precisamente por causa do pânico gerado pelos ataques de 11 de Setembro e pela facilidade com que todos fomos arrebatados pelas imagens e pela retórica de nacionalismo associadas às alegações de cidadania dos Estados Unidos. O excepcionalismo norte-americano é considerado normal, e não há um discurso popular que nos permita compreender que a superioridade dos Estados Unidos é alicerçada na exploração e na repressão.

Como resultado do 11 de Setembro, a “nação” foi apresentada como a forma básica de solidariedade. Ou seja, o povo foi instado a buscar refúgio em seu “americanismo”, em vez de se imaginar solidário com povos de toda parte do mundo, incluindo aqueles países posteriormente marcados como constituindo um “eixo do mal”.

Por que fomos tão velozes em imaginar a nação como o limite da solidariedade humana, precisamente num momento em que as pessoas de todo o mundo se identificavam com nossa dor e sofrimento? Por que não foi possível receber aquela solidariedade, de modo a nos permitir retribuí-la e, em linhas gerais, nos imaginarmos cidadãos do mundo? Isso teria levado em conta a inserção de pessoas dentro dos Estados Unidos que não são definidas legalmente como “cidadãos”. A produção da nação como a forma básica de solidariedade excluiu pessoas dentro e fora que não eram legalmente cidadãos. Os ataques brutais a pessoas que pareciam muçulmanas ou árabes anunciaram que o racismo estava bem vivo nos Estados Unidos e atingindo

novos alvos. Acho que me preocupo mais com a facilidade com que esse pânico geral emergiu do que com a desonestidade e decepção com o presidente.

Mas, no geral, quando reflito sobre a minha própria história política, posso dizer que o ativismo radical sempre reconheceu que o governo não é sinônimo de povo. Tão simples quanto parece, é especialmente importante ressaltar essa distinção hoje. A identificação à qual você se referiu é permitida precisamente pela ausência de um forte senso de comunidade em luta que não tem que recorrer à liderança do governo, especialmente em tempos de guerra.

No período anterior ao colapso internacional do socialismo, existia a prática de designar as comunidades que lutavam pelos direitos trabalhistas, contra o racismo, pela justiça, pela paz e pela igualdade como a “Outra América”. Hoje, dá a impressão de que muitos de nós contrários às políticas e práticas do governo Bush somos, no fundo, enormemente influenciados pela ideologia do excepcionalismo norte-americano. Daí a sensação de paralisia logo após o 11 de Setembro e a adesão perigosa ao pior tipo de nacionalismo. Isso me perturba mais do que qualquer outra coisa, pois, se é para termos esperanças de um futuro melhor, teremos de ser capazes de nos imaginarmos cidadãos de uma nova ordem global, que pode muito bem incluir nossa aceitação da liderança do povo iraquiano e a de outros povos envolvidos em batalhas na linha de frente.

Pode parecer nostalgia de um passado político que foi menos complicado do que o momento presente. Mas, na verdade, estou tentando reconhecer as maneiras com que nós algumas vezes nos inclinamos a depender das ideologias a que pensamos estar nos opondo.

Um dos nossos maiores desafios é reconceitualizar a noção de “segurança”. Como podemos contribuir para tornar o mundo liberto das devastações do capitalismo global? Esse sentido mais amplo de segurança pode implicar a compensação da dívida para com a África; significaria pôr fim aos malefícios da privatização que ameaçam a nova sociedade que a África do Sul vem tentando construir. Implicaria também a mudança de prioridades, do complexo industrial-prisional para a educação, habitação, saúde pública. Bush foi reeleito — ou eleito, visto que ele foi nomeado em seu primeiro mandato, em vez de eleito — justamente por causa do pânico moral que desviou a atenção das pessoas das questões mais complexas sobre

o nosso futuro. Bush foi eleito por causa do medo não apenas de outro ataque “terrorista”, mas também por causa do medo de que a superioridade global norte-americana pudesse estar em declínio.

Eu gostaria de lhe fazer uma pergunta sobre a relação entre a produção da lei e a violação da lei nos Estados Unidos. Não se pode deixar de ficar horrorizado com o caráter gritante, e que só tem em vista os seus próprios interesses, de alguns dos memorandos jurídicos e atos e resoluções presidenciais. Tome como exemplo a categoria “combatente inimigo” e a suspensão das Convenções de Genebra para as pessoas detidas pelos Estados Unidos. A categoria “combatente inimigo” não existe no direito internacional, como Barbara Olshansky, do The Center for Constitutional Rights (Centro para os Direitos Constitucionais) tem demonstrado.¹⁹ Entretanto, o termo cria uma ficção jurídica para excluir os soldados inimigos e os supostos terroristas da proteção da lei. Esses recursos e memorandos legais dão a impressão de legalidade e legitimidade. Ficamos então com esse paradoxo no qual há um recurso à lei a fim de fazer exceções à lei.

O enrolado vocabulário jurídico produzido pela guerra contra o terror daria um bom tema para comédias se não tivesse consequências tão brutais. Essas novas categorias têm sido utilizadas como se tivessem uma longa história no direito e no uso comum — como se fossem autoevidentes por si mesmas —, e seus efeitos estratégicos de lograr as Convenções de Genebra e uma porção de instrumentos dos direitos humanos mais uma vez dependem da noção de que os EUA estão acima da ONU, da Corte Internacional de Justiça e de todo o restante. Eu me pergunto se esse subterfúgio não aponta para um problema mais geral, aquele problema do discurso neopolítico gerado pelo governo Bush. O vocabulário de Bush, que finge expressar ideias complicadas nos termos mais simples e pouco sofisticados, é não apenas sedutor, mas também assustador. Sedutor pois não parece requerer qualquer esforço para ser compreendido; perigoso pois apaga tudo que realmente importa. Assim como o discurso do “combatente inimigo” é presumivelmente evidente por si próprio, da mesma forma são os significados dos termos “liberdade” e “democracia”.

Esse nivelamento do discurso político a um grau que não requer nenhum esforço para ser compreendido — soando autoevidente, irrefutável e lógico — possibilita a agressão e a injúria. Essa é a verdade do vocabulário simplista, muitas vezes tosco, que Bush tende a usar, essa é a verdade de sua repetição das palavras liberdade e democracia, esvaziando-as de um conteúdo sério, e essa é a verdade de sua representação de terroristas como “agentes do mal”. Mas essa é a verdade também por trás das expressões jurídicas

“combatente inimigo” e “rendição extraordinária”.

Como já mencionado, a expressão “rendição extraordinária” descreve o processo de transportar prisioneiros para outros países, com o propósito de interrogá-los. O que a expressão esconde é o fato de que esses países para onde os presos são “entregues” são conhecidos por empregar a tortura. Como Jane Mayer aponta em seu recente artigo na *The New Yorker*, essa é uma prática muitíssimo difundida.²⁰ Essa prática permite que o governo dos Estados Unidos se dedique à tortura, embora de maneira indireta. Novamente, eu argumento que a produção desse tipo de discurso político que ofusca, apaga e corta a discussão sob a falsa aparência de um jargão jurídico transparente ajuda a atizar um pânico moral do terrorismo. Esses termos são elaborados para tornar o discurso e as discussões inúteis. Então, por um lado, se analisarmos os *bushismos*, como têm sido chamados, eles invocam o riso e a comédia, prevenindo-nos de levá-los a sério. Por outro lado, existe o jargão jurídico aparentando ter sido produzido dentro dos parâmetros estabelecidos e incontestáveis da lei, de forma que são levados bastante a sério. Eu não consigo me lembrar de um momento em minha vida em que o discurso político foi tão enrolado. Nós devemos nos preocupar profundamente com o grau em que isso tende a impedir o engajamento crítico popular nas políticas e nas práticas da guerra global.

A Corte britânica se referiu ao que está ocorrendo em Guantánamo e Abu Ghraib como um “buraco negro da lei”.²¹ Quais são as consequências desse buraco negro legítimo para os ativistas dos direitos humanos no mundo inteiro?

Talvez, a lição que se pode tirar disso tudo é que precisamos encontrar maneiras de contestar a autoridade absoluta da lei. Podemos formular a seguinte pergunta: de que forma fazemos uso da lei como veículo de mudanças progressistas, enquanto simultaneamente enfatizamos o reconhecimento dos limites da lei — os limites do direito nacional, assim como do direito internacional? Por exemplo, argumentamos naturalmente que a justiça e a igualdade são necessariamente produzidas por intermédio da lei. Mas a lei não pode por si só criar a justiça e a igualdade. Aqui nos Estados Unidos, trinta anos depois da promulgação do que foi considerada a legislação sem precedentes dos direitos civis, ainda estamos atormentados com muitos dos mesmos problemas de desigualdade em relação a economia,

raça e gênero. Em muitos casos, eles estão ainda mais entrincheirados na ordem social. Existem maneiras pelas quais as leis podem, com êxito, ser aceitas estrategicamente e possibilitar movimentos e campanhas populares. O foco do movimento dos direitos civis era efetivar mudanças nas leis vigentes. Mas, ao mesmo tempo, as leis produziam os limites dessas possíveis mudanças, como podemos verificar no modo como a legislação de ação afirmativa possibilitou, em Estados como a Califórnia, a sua própria extinção.

A grande conquista dos direitos civis foi expurgar as leis de suas referências a tipos específicos de códigos de leis, possibilitando, portanto, a igualdade racial diante da lei. Mas, ao mesmo tempo, esse processo permitiu a desigualdade racial no sentido de que a lei foi privada de sua capacidade de reconhecer as pessoas como sendo *racializadas*, como oriundas de comunidades *racializadas*. Pelo fato de a pessoa que se põe diante da lei ser uma abstração, um sujeito portador de direitos, o direito é incapaz de dissociar as realidades sociais injustas nas quais muitas pessoas vivem. Para dar um exemplo mais concreto, um exemplo que se identifica com a formação do complexo industrial-prisional, eu diria que, precisamente pelo fato de a lei ser incapaz de levar em consideração as condições sociais que tornam certas comunidades muito mais suscetíveis ao encarceramento do que outras, o mecanismo do devido processo formal justifica o caráter racista e de classe das populações carcerárias. A lei não se importa se esse indivíduo teve acesso a uma boa educação ou não, ou se ele/ela vive sob condições de pobreza porque fábricas em sua comunidade fecharam as portas e se mudaram para um país de Terceiro Mundo, ou se pagamentos da previdência social disponíveis anteriormente chegaram ao fim. A lei não se importa com as condições que levam algumas comunidades a uma trajetória que torna as prisões inevitáveis. Embora cada indivíduo tenha direito a um processo adequado, a chamada cegueira da justiça possibilita que o racismo latente e preconceitos de classe resolvam a questão de quem tem que ser preso ou não.

Embora eu venha me referindo muito especificamente ao contexto dos Estados Unidos, sugeriria que há meios de os ativistas dos direitos humanos ficarem atentos a essas questões também. Os instrumentos dos direitos humanos podem ser ferramentas estratégicas na luta pela justiça global. Mas não podemos ignorar os processos maiores, como o movimento do capital global, que agride populações inteiras. Campanhas em defesa dos direitos dos imigrantes em centros urbanos pós-coloniais da Europa e dos EUA têm que

insistir nos direitos humanos dos imigrantes africanos, latino-americanos, asiáticos e árabes. Ao mesmo tempo, é importante falar abertamente contra o impacto do capitalismo global como motivação central — embora não única — que faz com que as pessoas atravessem as fronteiras. Esse é o maior desafio para os ativistas dos direitos humanos hoje. E, na verdade, organizações como a Anistia Internacional, que focaram seu trabalho no nível das reivindicações dos direitos humanos dos indivíduos, agora expandiram o seu trabalho em defesa das populações e comunidades, além dos indivíduos. Isso requer a estratégia dupla de abordar a lei e reconhecer suas limitações, a fim de abordar o que a lei não consegue apreender.

Antes, você começou a falar sobre o complexo industrial-prisional e expôs sua visão para uma “democracia da abolição”. Pode detalhar isso?

Primeiro, o complexo industrial-prisional resulta da *falha* em se decretar a democracia da abolição.

“Democracia da abolição” é uma expressão utilizada por Du Bois em seu livro *Black Reconstruction*, seu estudo germinal sobre o período imediatamente posterior à escravidão. George Lipsitz utiliza esse termo hoje dentro de contextos contemporâneos. Eu tentarei explicar resumidamente sua aplicabilidade em três formas de abolição: a abolição da escravidão, a abolição da pena de morte e a abolição das prisões. Du Bois sustentou que a abolição da escravidão foi consumada apenas no sentido negativo. A fim de alcançar a abolição *abrangente* da escravidão — após a instituição ter se tornado ilegal e os negros se libertarem de suas correntes —, novas instituições deveriam ter sido criadas para incorporar os negros dentro da ordem social. A ideia de que todo ex-escravo iria receber 40 acres de terra e uma mula é, por vezes, ridicularizada como um boato natural que circulou entre os escravos. Na verdade, essa ideia se originou de uma ordem militar que concedia terras abandonadas da Confederação aos negros libertos em algumas partes do Sul. Mas a procura contínua por terra e pelos animais que precisavam ará-las refletia uma compreensão entre os ex-escravos de que a escravidão não poderia ser verdadeiramente abolida até que as pessoas fossem providas de meios econômicos para sua subsistência. Eles também necessitavam de acesso a instituições de ensino e precisavam reivindicar o voto e outros direitos políticos, um processo que começara mas que

permaneceu incompleto, durante o curto período de reconstrução radical que terminou em 1877. Du Bois alega que um leque de instituições democráticas é necessário para atingir plenamente a abolição — a democracia da abolição.

O que significaria então abolir a pena de morte? O problema é que a maioria das pessoas supõe que a única alternativa a ela é a prisão perpétua sem a possibilidade de liberdade condicional. Contudo, se pensarmos na pena capital como uma herança da escravidão, sua abolição também implicaria a criação das instituições que Du Bois mencionou — instituições que ainda terão de ser construídas 140 anos depois do fim da escravidão. Se ligarmos a abolição da pena capital à abolição das prisões, então teremos que estar dispostos a abrir mão da alternativa da vida sem a possibilidade de liberdade condicional como primeira opção. Ao pensarmos especificamente na abolição das prisões usando a abordagem da democracia da abolição, iríamos sugerir a criação de uma série de instituições sociais que começariam a resolver os problemas sociais que colocam as pessoas na trilha da prisão, ajudando, assim, a tornar os presídios obsoletos. Existe uma conexão direta com a escravidão: quando a escravidão foi abolida, os negros foram libertos, mas lhes faltava acesso a recursos materiais que lhes possibilitariam moldar vidas novas, livres. As prisões prosperaram no último século precisamente por conta da falta dessas estruturas e pela permanência de algumas estruturas da escravidão. Elas não podem, portanto, ser eliminadas, a não ser que novas instituições e recursos estejam disponíveis para essas comunidades, que fornecem, em grande parte, os seres humanos que compõem a população carcerária.

Se entendi o seu argumento corretamente, você está dizendo que a pena de morte faz parte dos “salários da branquitude” que têm de ser pagos de forma a manter uma democracia *racializada*, a democracia resultante de uma abolição frustrada?

Depende do que você quer dizer com “salários da branquitude”. Se confiarmos na análise de Roediger, definimos “salários da branquitude” como sendo os privilégios daqueles que se beneficiam com a persistência do racismo. Embora possa parecer contraintuitivo, acredito que a pena de morte é algo semelhante a um “retorno do racismo reprimido” da escravidão, que agora é usada contra quem quer que venha a cair em suas garras, se eles são *racializados* como negros, latinos, americanos nativos ou brancos. A

explicação mais convincente para a permanência da pena capital nos EUA — a única nação industrializada que executa os seus cidadãos rotineiramente — pode estar em sua relação intrínseca com a escravidão e na forma com que o racismo da escravidão foi diferencialmente infligido nos negros. Logo depois da escravidão, a pena de morte foi incorporada ao sistema legal com seu racismo patente gradualmente ocultado. Nessa era de “oportunidades iguais”, ela tem em mira mais do que apenas as comunidades negras ou latinas. Nesse sentido, pode-se alegar que, quando brancos são executados, é mais um sinal de revanche do racismo, em vez de “salário da branquitude”.

Deixe-me ver se consigo retroceder e dizer algumas palavras sobre o racismo na era contemporânea, o racismo na era pós-direitos civis, as mutações e as alterações do racismo, o racismo numa época em que membros de grupos *racializados* sub-representados têm recebido poderosas posições de liderança. De que forma uma análise acessível do racismo aborda o fato de uma negra, ex-conselheira de Segurança Nacional, ser agora secretária de Estado e de um latino ser secretário de Justiça? Essa nova integração racial é representada como a face da nação multicultural perfeita. Esse dilema aparente pode ser representado pelo reconhecimento de que o racismo é algo muito mais profundo do que aquilo que pode ser solucionado por meio de processos de diversificação e multiculturalismo. Há estruturas persistentes de racismo, estruturas econômicas e políticas que não expõem abertamente suas estratégias discriminatórias, mas que servem, todavia, para manter as comunidades de cor num estado de inferioridade e opressão.

Portanto, acho que a pena de morte incorpora as heranças históricas do racismo dentro da estrutura de um sistema jurídico que tem sido esvaziado de um racismo patente, enquanto continua a fornecer refúgio para as heranças do racismo. É assim que pode ser explicado o fato de a pena capital ainda existir num país que se apresenta como modelo ideal de democracia no mundo. Há mais de 3.500 cidadãos norte-americanos no corredor da morte nos Estados Unidos, num tempo em que todos os países europeus aboliram a pena de morte, num tempo em que a União Europeia tornou a abolição da pena de morte precondição para os países que desejam ingressar nela. A pena capital é um receptáculo para os legados do racismo, mas hoje, sob a regra da igualdade legal, ela pode se impor sobre qualquer pessoa, independentemente de suas origens raciais.

Você mencionou Condoleezza Rice, Alberto Gonzales e Colin Powell como pessoas que fazem parecer que os norte-americanos vivem numa democracia racial. Você pode detalhar a relação entre a democracia da abolição e a política de identidade?

Claro, estou sendo sarcástica quando me refiro aos Estados Unidos como uma “democracia racial” agora que temos pessoas de cor em altos cargos do governo e do mundo corporativo. Certos indivíduos não estão inevitavelmente ligados às estruturas de opressão insinuadas por suas origens raciais. Também não são compelidos a representar os que continuam a aguentar o golpe do racismo. Muitos anos atrás, o dr. Martin Luther King criticou os negros que saíram do pântano lamacento subindo nas costas dos seus irmãos e irmãs. É inconcebível que esses indivíduos estariam onde estão agora sem as pressões dos movimentos pelos direitos civis e pela democracia racial. Dessa forma, parece uma contradição que pessoas de cor possam desempenhar papéis importantes na sustentação do racismo contemporâneo. Mas, na verdade, é mais uma consequência inevitável da luta pela igualdade. A lição que tiramos disso tudo é que precisamos mudar a nossa compreensão sobre o racismo. Num período anterior, um dos sinais mais óbvios de racismo era a ausência de pessoas de cor em posições de liderança governamental e econômica, que se refletia nas mais generalizadas formas de discriminação patente. Mas o racismo não bane necessariamente o aparecimento de pessoas de cor na liderança dessas instituições que são responsáveis pelo funcionamento do racismo. Na verdade, eu diria que o racismo é ainda mais efetivo e mais devastador hoje do que durante o período que produziu o movimento dos Direitos Civis. A população carcerária deste país fornece um exemplo dramático: entre os mais de dois milhões de pessoas atualmente nos presídios, mais de 70% são pessoas de cor.

Eu não sei se você viu algumas das audiências para a aprovação de Condoleezza Rice ou Alberto Gonzales, mas foram uma exibição incrível da maquiavélica política de identidade. Na verdade, você poderia quase falar sobre uma política de identidade republicana.

Esses desenvolvimentos indicam as limitações das estratégias de multiculturalismo e diversidade, que atualmente definem os esforços oficiais para se erradicar o racismo. A identidade, por si só, nunca foi um critério adequado em torno do qual as comunidades de luta pudessem ser organizadas — nem mesmo durante aqueles períodos em que imaginávamos a identidade como o motor mais potente dos movimentos. As comunidades são sempre

projetos políticos, projetos políticos que não podem depender sempre da identidade. Mesmo durante o período em que a unidade negra era supostamente uma condição *sine qua non* de luta, isso era mais ficção do que qualquer outra coisa. Os abismos de classe, gênero e sexo que se escondiam por trás da construção da unidade expunham eventualmente essas e outras heterogeneidades que faziam da “unidade” um sonho impossível.

É interessante como é mais difícil transformar discursos do que construir novas instituições. Muitas décadas depois da ficção da unidade racial ter sido exposta, a suposição mais popular dentro das comunidades negras é a de que a unidade sozinha trará progresso. Mesmo hoje, quando podemos apontar para as Condoleezas Rice e os Clarences Thomas, as pessoas conservam esse sonho de unidade. Jovens que estão apenas começando a se inserir no mundo supõem que a única maneira pela qual podemos construir um futuro melhor para os diversos negros que levam uma vida econômica e intelectualmente empobrecida é unir toda a comunidade negra. Ouço isso repetidamente. Qual seria o propósito de unir a comunidade negra? Como seria possível unir pessoas de todas as linhas políticas e de classe? Seria inútil tentar criar hoje uma única comunidade negra. Mas faz sentido pensar em organizar as comunidades, não apenas em torno de sua negritude, mas principalmente em torno de objetivos políticos. Na verdade, a luta política nunca foi tanto uma questão de como ela é identificada ou escolhe ser identificada, mas, sim, o fato de que o modo como se pensa sobre raça, gênero, classe ou sexualidade afeta a forma pela qual as relações humanas são construídas no mundo. Durante o Mês da História Negra ou o Mês da História das Mulheres, sempre tendemos a falar dos “primeiros”: a primeira astronauta negra, a primeira mulher na Suprema Corte de Justiça, a primeira cirurgiã negra etc. Condoleezza Rice foi a primeira negra a se tornar secretária de Estado. Como eu disse muitas vezes, desistiria alegremente da ocasião de celebrar isso como uma vitória, em troca de um secretário de Estado branco e do sexo masculino que fosse capaz de dar liderança àqueles de nós que queiram pôr um fim à guerra global.

Você poderia dizer como uma democracia norte-americana de falsas igualdades e propostas vazias pode estar relacionada ao tipo de tortura e torturadores de gêneros diversos que testemunhamos em Guantánamo e Abu Ghraib?

O significado por trás do modelo de “democracia” divulgado pelo governo Bush é a igualdade fraudulenta do mercado capitalista, a liberdade que ele ilusoriamente oferece a todos. Marx expôs há muito tempo as desigualdades profundas que constituem a base do que ainda gosto de chamar de democracia burguesa. Mas as políticas e os pronunciamentos do governo Bush equivalem a uma paródia até mesmo dessas distorções. Quando a democracia se reduz simplesmente às eleições — não importa que elas tenham sido preparadas pela brutalidade e destruição em massa infligida no Iraque pelo exército dos Estados Unidos —, qualquer coisa que venhamos a considerar liberdade desapareceu. Aqueles que representam a composição de gênero e raça das forças armadas norte-americanas como um exemplo dramático da igualdade oferecida pela democracia perderam de vista claramente qualquer promessa de democracia para o futuro. A igualdade de gênero nas forças armadas é representada como a oportunidade de participar de todo aspecto da vida militar, incluindo uma oportunidade igual para participar da violência anteriormente presumida como a competência dos homens. Essa abordagem para a igualdade não deixa margens para desafiar o *status quo*. A ironia de as mulheres ajudarem a infligir a tortura física, mental e sexual em Abu Ghraib é que seus pontos de envolvimento demonstram como o grau com que essa democracia formal, abstrata, tem tido êxito nas forças armadas. Quando a igualdade é medida em termos de acesso às instituições repressoras que permanecem iguais ou até se fortalecem com a admissão de pessoas que foram proibidas previamente, me parece que precisamos insistir em critérios diferentes para a democracia: direitos substantivos, bem como formais, o direito de se ver livre da violência, o direito ao emprego, à moradia, à saúde e à educação de qualidade. Em suma, concepções socialistas de democracia, em vez de capitalistas.

5. Os Contras eram os contrarrevolucionários que combatiam o governo sandinista na Nicarágua na década de 1980. O governo Reagan acabou financiando os Contras com dinheiro oriundo da venda de armas a um grupo de oposição ao Aiatolá Khomeini. A transação era feita por Israel, que se prontificou a conseguir a libertação dos reféns norte-americanos no Irã (presos durante a Revolução Iraniana). (N. T.)

6. Estudo clínico sobre a sífilis realizado pelo Serviço Público de Saúde dos Estados Unidos em Tuskegee, Alabama, entre 1932 e 1972. No estudo, 399 afro-americanos pobres e majoritariamente analfabetos acometidos pela doença foram utilizados como cobaias para se observar a progressão natural da sífilis em caso de não tratamento. Esse estudo é até hoje alvo de muita controvérsia. (N. T.)

Resistência, linguagem e lei

Como mencionamos, você tem sido uma ativista antiprisional de longa data e sofreu na pele a prisão. Poderia nos contar sobre as suas experiências no presídio e como elas moldaram a sua visão acerca do sistema carcerário?

Meu aprisionamento teve um impacto crucial na maneira com que, posteriormente, comecei a pensar no papel desempenhado pelas prisões na reprodução do racismo e da repressão política. Antes da minha detenção, eu havia sido durante vários anos ativista em campanhas pela libertação de prisioneiros políticos — de Nelson Mandela e da nacionalista porto-riquenha Lolita Lebrón a Huey Newton e Ericka Huggins. A causa imediata da minha prisão foi o envolvimento com o episódio envolvendo George Jackson e os irmãos Soledad. Eu me correspondi regularmente com George Jackson durante os 16 meses em que estive presa em Nova York e, mais tarde, em duas diferentes penitenciárias na Califórnia. Eu diria que ele, mais do que ninguém, instou-me a pensar mais profundamente sobre a prisão como uma instituição — não somente sobre os aprisionamentos políticos, mas também sobre a relação entre os processos relatados de criminalização e racismo. Isso deu início ao que se transformaria em 35 anos de envolvimento com o sistema carcerário. Então, sim, o tempo que passei na prisão teve um impacto duradouro em minhas ideias e em meu ativismo.

Nós estamos falando do início dos anos 1970, com julgamentos racistas e repressão política por todo o país, apesar de você ter sido absolvida em junho de 1972. Que papel você acha que o ativismo dos grupos locais e internacionais teve em sua absolvição final?

O ativismo nacional e global muito difundido foi o fator determinante na minha absolvição. Não resta dúvida de que minha absolvição foi

consequência direta da organização de esforços aqui e no estrangeiro. Desde que passei a me envolver com as questões carcerárias no último período — como pesquisadora e ativista —, muitas vezes imagino onde estaria hoje na falta de um movimento tão vasto para a minha libertação. Muito provavelmente, eu seria uma detenta de um dos quatro presídios femininos do Estado da Califórnia. Em visitas recentes a esses presídios, tive lembranças muito estranhas.

Para lhe dar uma ideia do impacto daqueles esforços de organização, ainda mantenho encontros frequentes com as pessoas — particularmente com as da minha geração — que conversam comigo como se eu fosse uma velha amiga com quem perderam o contato, alguém que elas conheceram intimamente na juventude. Às vezes, isso é duro de engolir; afinal, são desconhecidos, pessoas que estou vendo pela primeira vez. Mas, quando digo a mim mesma que elas não estão se relacionando comigo pela pessoa que sou, e sim por estarem se encontrando com suas próprias histórias, lembro-me de que a poderosa campanha Libertem Angela Davis e Todos os Prisoneiros Políticos não apenas realizou alguns de seus objetivos imediatos de mais de três décadas atrás, mas também permaneceu como um marco na história de milhares, talvez milhões, de pessoas. Essas pessoas provavelmente sentem por mim uma espécie de caminho de volta às emoções coletivas e políticas daquele período — e isso é extraordinário. Naquela época, as pessoas ficavam comovidas com as campanhas nos *campi* universitários, nos sindicatos trabalhistas, nas igrejas e sinagogas, bem como em clubes sociais e nas associações femininas de estudantes.

Esse trabalho também afetou os atletas. Meu irmão, que era jogador de futebol americano profissional na década de 1970, foi uma figura marcante na campanha assim como foi a minha família inteira. Sua carreira foi extremamente prejudicada por causa dessa liderança. Havia uma organização atuante dentro das forças armadas. Eu recebi muitas cartas de soldados servindo no Vietnã. Prisoneiros do mundo inteiro me escreviam para expressar sua solidariedade, mesmo sob o risco de punição. Esse movimento foi algo tão extraordinário, não somente porque salvou minha vida — e esse foi um grande feito —, mas também porque demonstrou que a mudança era possível em consequência da pressão em massa organizada. Embora eu tenda a resistir a pedidos de alguns jovens que querem que lhes diga como podem repetir as vitórias daquele período, acho que se podem tirar lições profundas

dessas vitórias históricas. A fusão bem-sucedida de tantos indivíduos que se uniram, passando por cima de todas as diferenças, facções e fronteiras — raciais, sociais, políticas e geográficas —, foi extraordinária. A criação de comunidades de luta permanece um enorme desafio hoje.

Somadas a essas facções e fronteiras, houve o pesadelo diário da Guerra do Vietnã. De que maneira você acha que a guerra que estava sendo travada teve relação com a representação jurídica e extrajurídica do ativismo doméstico e das lutas de libertação?

A repressão política doméstica teve relação com a guerra de maneira bem material. Considere, como exemplo, o ataque de 1969 aos escritórios dos Panteras Negras em Los Angeles, o primeiro de uma série de ataques em todo o país orquestrados pelas forças policiais locais sob a liderança do FBI, comandado por J. Edgar Hoover. Muitos dos policiais que conduziram o ataque de Los Angeles eram veteranos do Vietnã, incluindo ex-Boinas Verdes, que haviam recebido uma dispensa especial para ingressar naquilo que, na época, era um grupo recém-formado: a S.W.A.T. — Special Weapons and Tactical Squad (Esquadrão de Armas e Táticas Especiais). Obviamente, S.W.A.T. é hoje um termo familiar, mas a primeira ação de um grupo paramilitar ligado à força policial local foi esse ataque contra os escritórios dos Panteras Negras. Naquele tempo, estávamos cientes de que o Departamento de Polícia de Los Angeles estava treinando veteranos do Vietnã para enfrentar insurreições internas. Na verdade, aqueles de nós que testemunharam o ataque prolongado eram facilmente capazes de identificar essa conexão militar. Em minha autobiografia, acho que descrevi a polícia como que “se esgueirando pelo chão”, de um modo que lembrava soldados em combate. Como o ataque contra o MOVE⁷ na Filadélfia, anos mais tarde, a investida teve início com um explosivo lançado por um helicóptero no telhado do escritório. Eu descrevi esse incidente longamente, pois ele manifestou algumas das maneiras mais óbvias com que a repressão militar foi implantada em solo norte-americano e desencadeada contra a dissensão política.

É claro que também houve uma violenta repressão dirigida às pessoas que protestavam contra a Guerra do Vietnã, cujos exemplos mais dramáticos foram os tiros fatais em estudantes na Kent State pela Guarda Nacional de Ohio e, pouco tempo depois, o assassinato pela polícia de estudantes na

Jackson State, uma histórica universidade para negros no Mississippi. A retórica do movimento foi nitidamente influenciada por nossa percepção da relação entre o que chamamos de “guerra” no Vietnã e “guerra” em casa. Esta foi uma retomada da campanha da dupla vitória durante a II Guerra Mundial: a vitória contra o fascismo no exterior e a vitória contra o racismo em casa. Portanto, falamos em derrotar o exército norte-americano no Vietnã e derrotar a polícia e outras “forças de ocupação” em casa. Nas comunidades ativistas negras, nas comunidades ativistas latinas e especialmente nas comunidades ativistas asiático-americanas, havia uma sensação dolorosa da agressão no Vietnã conectada profundamente com o aumento da repressão contra as lutas domésticas. Contudo, isso não quer dizer que os líderes do movimento antiguerra de maior repercussão estavam dispostos a formular a oposição à guerra dessa maneira. Esta era uma questão espinhosa: como participar do movimento antiguerra ao mesmo tempo em que se é contrário à estratégia de tratar a paz como uma questão que não se relaciona com a igualdade racial? Ao longo desse período, muitos de nós lutamos intensamente para desenvolver um discurso diferente sobre a guerra, a fim de instar as pessoas a pensar seriamente acerca das relações entre os ataques militares contra o povo do Vietnã e da repressão política e econômica em casa contra as pessoas pobres e de cor.

Hoje temos o USA PATRIOT Act e o Departamento de Segurança Nacional como parte de um estado de segurança em ascensão. O que você acha da continuidade entre as formas de repressão que acaba de descrever durante a Guerra do Vietnã e este novo estado de segurança? Você enxerga uma continuidade aqui ou estamos vivenciando uma nova lógica em funcionamento?

Há uma continuidade histórica, mas também há rupturas. Essa continuidade se estende para além da época da Guerra do Vietnã. Há definitivamente ressonâncias com o anticomunismo da Guerra Fria e há nitidamente similaridades com a era McCarthy. Quando eu soube do USA PATRIOT Act e de todas as medidas usadas para silenciar as pessoas que defendiam os direitos dos imigrantes que estão sob ataque, quando soube de acadêmicos que estão sendo atacados devido à sua resistência ao governo Bush e de outras pessoas que têm medo de lhes dar apoio, pensei imediatamente no período McCarthy. O que mais me abalou foi o grau com que a autocensura que não era vista desde a era McCarthy estava ganhando forma outra vez. Parece-me que hoje, especialmente agora, seria importante revisitar a era

McCarthy com o propósito de refletir sobre o grau com que muitas pessoas que se consideravam progressistas e ao lado da justiça foram cúmplices dos êxitos do macarthismo. Em vez de se oporem abertamente à repressão macarthista, em vez de defenderem vigorosamente aqueles que eram apontados como inimigos, elas estavam mais preocupadas em não se colocar numa situação na qual poderiam se tornar alvos. Assim, elas estavam permitindo mais o trabalho do HUAC (House Un-American Activities Committee [Comitê de Atividades Antiamericanas da Câmara⁸]). Ao se recusarem a contratar comunistas nos *campi* universitários, ao expulsar comunistas de forças sindicais, ao se desassociarem ativamente daqueles que eram marcados como inimigos, elas realizaram bem mais do que o HUAC poderia ter conseguido por conta própria.

Imediatamente depois do 11 de Setembro, houve uma dinâmica semelhante no trabalho. Isso se tornou particularmente evidente durante o voto do Congresso na resolução inicial autorizando o presidente a utilizar a força militar em retaliação. Como todos nos recordamos, Barbara Lee — que representa o meu distrito, tenho orgulho em dizer — foi a única pessoa em todo o Congresso com coragem suficiente para votar contra. Aquele era um momento muito assustador, visto que diversos congressistas — especialmente a Black Caucus⁹ — indicaram posteriormente que eles se opunham à resolução em princípio, mas se sentiam obrigados a votar favoravelmente pelo receio de serem considerados moderados em relação ao terrorismo. Lamento ter de dizer isso, mas essas são as características essenciais do fascismo.

Mas você está perguntando sobre continuidade. Eu realmente acho que existe uma continuidade histórica, mas também deve ser dito que este, de muitas maneiras, é um momento histórico sem precedentes. Somos governados por um presidente que não foi legitimamente eleito e por uma administração composta de indivíduos que, logo após o 11 de Setembro de 2001, já tinham decidido que iriam atacar o Iraque e buscar o domínio global. Considere o Project for a New American Century (Projeto para um Novo Século Norte-Americano). Há algo qualitativamente diferente sobre o grau em que os governantes estão dispostos a ignorar a opinião pública e tratar as manifestações de massa como irrelevantes.

Muitos milhões de pessoas participaram da ação que ocorreu em todo o

mundo em 15 de fevereiro de 2003. Foi um acontecimento sem precedentes. Nunca tantas pessoas haviam se reunido em tantas partes do mundo simultaneamente. Mas Bush agiu como se apenas um punhado de gente aqui e ali se opusesse aos planos de guerra norte-americanos. Ele depreciou as pessoas que tentavam pacificamente fazer suas vozes serem ouvidas ao utilizar a analogia de “grupos isolados”, que ele não permitiria que afetassem a política externa.

Há algo extraordinariamente diferente aqui. Eu conversei com várias pessoas que vivenciaram diretamente a era McCarthy, incluindo algumas que passaram um tempo na prisão, e a sensação delas é que este é um momento bem mais perigoso.

Neste momento, nós temos a globalização da “guerra contra o terror” e, como consequência, a globalização dos centros de detenção e presídios dos Estados Unidos criados numa tentativa de ficarem além do alcance das leis norte-americanas e internacionais. Que relações, se é que existem, você vê entre a globalização desses presídios ilegais e o complexo industrial-prisional doméstico?

Os dois desdobramentos estão claramente relacionados. Primeiramente, ambos os conjuntos de instituições pertencem ao sistema de punição dos Estados Unidos e são classificados juntos no censo anual do Federal Bureau of Statistic (Agência Federal de Estatística). Essa classificação inclui presídios estaduais e federais, presídios de municípios, presídios em território indígena, centros de detenção administrados pelo Departamento de Segurança Nacional, presídios territoriais em áreas que os Estados Unidos se recusam a reconhecer como suas colônias e presídios militares — tanto dentro quanto fora das fronteiras dos Estados Unidos. O crescimento populacional em presídios domésticos, o aparecimento de novas indústrias dependentes desse crescimento, o remanejamento de velhas indústrias para acomodar e lucrar com o aprisionamento, a expansão de centros de detenção para os imigrantes e o uso de presídios militares como arma principal na suposta guerra contra o terror, a articulação da retórica anticrime com a retórica anticomunismo — estas são algumas das características do complexo industrial-prisional.

O complexo industrial-prisional é um fenômeno global. Ele não pode ser completamente entendido como um desdobramento isolado dentro dos Estados Unidos apenas. O que tem sido permitido nos Estados Unidos e a proliferação de presídios e populações carcerárias; o rápido grau com que o

capital se moveu para dentro da indústria da punição de tal maneira que ela não é mais um nicho pequeno, mas sim um componente primordial da economia norte-americana — tudo isso tem implicações globais. Isso recapitula a trajetória por meio da qual a produção militar tornou-se central para a economia norte-americana. Este é um dos principais motivos pelos quais escolhemos a popularização da expressão *complexo industrial-prisional*: ela ressoa de várias maneiras com a expressão complexo industrial-militar.

Então, os presídios, sua arquitetura, suas tecnologias, seus regimes, as commodities que suas populações consomem e produzem, e a retórica que legitima sua proliferação, tudo viaja dos Estados Unidos para o restante do mundo. Por que um país como a África do Sul, que se encontra nesse processo, esperamos, de construir uma sociedade justa — uma sociedade não racista, não sexista, não homofóbica — precisa das tecnologias repressoras da prisão de segurança máxima? Por que a Turquia precisa das prisões de estilo F¹⁰ dos Estados Unidos? A introdução desses presídios na Turquia provocou uma longa greve de fome — um jejum até a morte — nos presídios turcos; cerca de cem pessoas morreram em consequência disso.

É importante pensar nas diferentes camadas desse processo global. Como reconhecemos que o presídio em Guantánamo, por exemplo, ou o presídio de Abu Ghraib fora de Bagdá refletem e estendem a normalização da tortura dentro de presídios domésticos? Por mais horrendas que as revelações recentes sobre o tratamento de prisioneiros em Guantánamo e Abu Ghraib possam ser, esse tratamento de prisioneiros não é qualitativamente diferente do que acontece nos presídios dos Estados Unidos. Pegue a ubiquidade da violência sexual como exemplo — especialmente nos presídios femininos. As prisioneiras em Michigan moveram uma ação importante contra o Estado, na qual elas alegam que o governo autorizou condições prisionais que possibilitaram assédio e ataque sexual, implicando assim que o próprio Estado foi agente da violência sexual. A Human Rights Watch fez um relatório intitulado “All Too Familiar: Sexual Abuse in U.S. State Prisons” (Tudo muito familiar: o abuso sexual nos presídios estaduais norte-americanos) que documenta esse abuso sistemático. Os ataques sexuais no presídio de Abu Ghraib confirmam as relações profundas entre violência sexual e os processos, relacionados a gênero, de disciplina e poder

incrustados em sistemas de aprisionamento. Esses processos transitam facilmente entre os diversos sistemas — aprisionamento doméstico, aprisionamento militar, detenção dos imigrantes. Em todos os três locais, a coerção sexual serve como uma técnica comprovada de disciplina e poder. A tortura e a coerção sexual que parecem tão bárbaras e terríveis aos telespectadores quando veem a cobertura no *60 Minutes* não é tão incomum como aparenta ser à primeira vista, pois sua base é a rotina, a violência cotidiana que é justificada como o meio diário de controlar as populações carcerárias nos Estados Unidos.

Seu foco nessa continuidade disciplinar me faz repensar as suposições de minha pergunta, uma das quais diz respeito à importância de uma descontinuidade legal. O fato de esses presídios e centros de detenção administrados pelos Estados Unidos estarem além do alcance das leis norte-americanas, dos legisladores norte-americanos, da mídia norte-americana...

Mas você poderia dizer o mesmo sobre os presídios domésticos.

Os quais então levantam a questão da própria lei. A lei realmente faz diferença significativa neste caso? E o potencial para desafiar esses abusos? A existência da lei no caso do sistema de prisão doméstica é uma alavanca, ou base, potencial por meio da qual podemos agir?

Embora fosse um erro considerar a lei como o maior árbitro dos problemas sociais, ela tem um significado estratégico na luta pelo progresso e pela transformação radical. Mas a lei também pode ser um dos obstáculos mais difíceis de serem mudados, precisamente porque ela é tida como a palavra final. Contestações legais de fato possibilitaram, em momentos diversos, reformas específicas nas prisões; entretanto, com mais frequência, essas reformas fortaleceram a instituição. Claro que nós devemos recorrer à lei — tanto no âmbito nacional quanto no internacional, mas também devemos reconhecer as limitações da lei. A miríade de contestações legais à pena de morte ainda não conseguiu aboli-la.

Eu concordo que estamos imobilizados, mas temos meios de desafiar as ações se não temos a lei?

Eu não sei. Eu sou meio ambivalente nesse ponto, porque não sei se estou disposta a conferir tanto poder à lei. Nos exemplos em que houve vitórias muito importantes, como no caso de prisioneiros norte-americanos, essas vitórias se deram, na maioria das vezes, acima da lei — geralmente com a

ajuda essencial de movimentos de massa organizados. A lei não opera no vácuo. Sim, dependemos dela quando pode ser usada para cumprir o que chamamos de objetivos progressistas, mas, por si só, ela é impotente. A lei adquire seu poder do consenso ideológico. Como alguém que tem se envolvido no trabalho contra o sistema prisional por vários anos, acho que precisamos instar os indivíduos e as organizações já comprometidos no trabalho contra as desigualdades de raça e classe e contra a repressão generalizada produzida pela prisão doméstica a reenquadrar seu trabalho antiprisão, a fim de lidar com e se opor às atrocidades em curso em centros de detenção controlados pelos EUA no Afeganistão, no Iraque e na baía de Guantánamo.

Trazendo de volta o tema da sua própria absolvição, ela pareceu mais resultado de uma organização política e das mudanças subsequentes no discurso nacional do que resultado de deliberações no âmbito jurídico.

Sim, e do impacto que essa organização política teve nos procedimentos na sala do tribunal. É essa a dinâmica — a dialética — que eu gostaria de enfatizar.

Noam Chomsky diz que o agente primário do terrorismo é o Estado...

Sim, é verdade. Eu concordo plenamente com ele...

Você também concordaria que o complexo industrial-prisional seja um dos mecanismos por meio do qual o Estado leva o terrorismo adiante — o tipo de terrorismo que Chomsky menciona — e que o Estado leva adiante esse terrorismo — os presídios — sob a fachada de lidar com criminosos?

Há verdade no que você sugere, mas é um pouco mais complicado que isso, particularmente devido ao fato de que o papel dos presídios na sociedade norte-americana evoluiu para uma ausência de solução para os maiores problemas de nosso tempo. Então, é terrorismo, mas terrorismo como resposta a uma economia política inimaginável. Em vez de tratar dos problemas que afligem tantas comunidades — pobreza, falta de moradia, de saúde e de educação —, nosso sistema joga as pessoas que sofrem desses problemas na prisão. A prisão se tornou a instituição *par excellence* logo depois do desmantelamento do *welfare state*. Então eu diria que é um

terrorismo de Estado, sim, mas é terrorismo por uma razão. Não é terrorismo gratuito ou terrorismo apenas em resposta à resistência política consciente.

Em seu ensaio “Race and Criminalization” (Raça e criminalização), você escreveu: “A figura do criminoso — a figura *racializada* do criminoso — veio para representar o inimigo mais ameaçador da ‘Sociedade Norte-Americana’. Praticamente tudo é aceitável — a tortura, a brutalidade, enormes gastos de fundos públicos —, contanto que seja feito em nome da segurança pública.” Você acha que o “terrorista” é o nosso novo inimigo *racializado*?

Eu me lembro de que, quando eu escrevi esse ensaio, eu pensava no “criminoso” como substituto de “comunista” na era da “lei e ordem”. Eu pensava nessa nova figura discursiva do criminoso, que absorveu muito do discurso do inimigo comunista. Logo depois do 11 de Setembro, a figura do “terrorista” mobilizou o medo coletivo de modo a recapitular e consolidar as ideologias prévias do inimigo da nação. Sim, o terrorista é o inimigo contemporâneo. A retórica, as ansiedades resultantes e as estratégias de dispersão produzidas pelo posicionamento da figura do terrorista são muito semelhantes à produção do criminoso como uma ameaça difusa e dependem dessa produção de formas muito concretas.

Ao traçar essa história do comunista para o terrorista, também testemunhamos uma mudança na dinâmica das relações domésticas de raça, as relações das comunidades afro-americanas, muçulmanas e árabe-americanas depois do 11 de Setembro em particular. Quais são as suas reflexões sobre essa mudança?

Antes de responder a essa pergunta, eu gostaria de dizer muito simplesmente que o racismo foi um ingrediente significativo nas campanhas anticomunistas.

Considerando o fato de Martin Luther King, Jr. ter sido repetidamente descrito por seus adversários como comunista, e não por ser na verdade membro do Partido Comunista, mas porque se presumia que a causa da igualdade racial era uma criação comunista. O anticomunismo possibilitou a resistência aos direitos civis numa miríade de formas e vice-versa; o racismo possibilitou o alastramento do anticomunismo. Em outras palavras, o racismo tem desempenhado um papel decisivo na produção ideológica do comunista, do criminoso e do terrorista.

Mas me deixe tentar responder à sua pergunta sobre o impacto do surgimento dessa nova figura do inimigo e sobre o grau em que as

comunidades afro-americanas foram intercaladas nesse novo racismo. Logo depois do 11 de Setembro, uma nova mobilização nacionalista dependeu da apresentação do inimigo terrorista como muçulmano, árabe, do sul da Ásia, do Oriente Médio etc., e pela primeira vez outras pessoas de cor foram convidadas para a pressurosa aceitação nacional. De um modo bizarro, isso foi provavelmente vivenciado como a realidade dessa nação multicultural que se tornou o marco das lutas pela justiça social — o sonho do dr. King, se você desejar —, e muitas comunidades excluídas anteriormente experimentaram — mesmo que momentaneamente — uma sensação de integração nacional. É óbvio que esse processo repousava na exclusão do terrorista e naqueles indivíduos em quem esse rótulo foi fixado. Nós ainda estamos lidando com as consequências daquele momento.

Por vezes, é difícil para os negros reconhecer que, em algumas circunstâncias, eles possam ser tão racistas quanto os brancos. Este é um grande desafio hoje. Não é mais possível supor que vítimas de racismo não são vulneráveis às mesmas ideologias que insistiram em sua inferioridade. Não há uma passagem garantida do ativismo radical do passado para as posições progressistas contemporâneas. O que hoje é mais promissor são os esforços atuais para construir alianças entre comunidades negras e árabe-americanas. Num tempo em que líderes governamentais negros como Colin Powell e Condoleezza Rice desempenham papéis muito importantes como arquitetos da guerra global, essas alianças serão fundamentais para a criação de redes de resistência. É igualmente importante adotar alianças com outras comunidades de imigrantes, em especial aquelas cujas raízes estão na América Latina e na Ásia.

Em relação ao encarceramento, o tratamento dado ao “comunista” e ao “criminoso” não difere muito daquele que é conferido ao “terrorista”. Nós vimos que a baía de Guantánamo, em particular, se tornou um símbolo poderoso de aprisionamento. Que trabalho ideológico você acha que a prisão dos Estados Unidos em Guantánamo desempenha?

Você se refere a este momento em particular?

Sim.

Guantánamo tem uma história longa e repulsiva. Dez anos atrás, a prisão militar em Guantánamo foi empregada como o único centro de detenção do

mundo para refugiados HIV positivos. Em 1993, prisioneiros do Haiti lideraram uma greve de fome para protestar contra sua detenção, e um enorme número de pessoas nos Estados Unidos aderiu ao jejum, num gesto de solidariedade. Mas você está se referindo à prisão militar ilegal onde inicialmente qualquer coisa era possível, pois o governo dos Estados Unidos acreditava que uma prisão fora dos Estados Unidos também poderia estar fora do alcance da lei norte-americana. Portanto, o governo Bush agiu como se pudesse agir sem ser questionado.

Gostaria de usar esta oportunidade para falar brevemente sobre as noções oficiais de democracia que circulam hoje e sobre por que ativistas, intelectuais públicos, acadêmicos, artistas e produtores culturais precisam levar muito a sério o que são sinais bem claros de políticas e práticas eminentemente fascistas. E uso o termo fascista com conhecimento de causa. Não é um termo que eu use aleatoriamente. Mas como você pode descrever a tortura, a negligência e a depravação cometidas contra pessoas presas simplesmente por calharem de estar no lugar errado na hora errada? Crianças têm sido encarceradas durante anos sem nenhum contato com a família, e os mais altos funcionários do governo alegam que elas não têm direito a um advogado porque não estão em solo norte-americano. Guantánamo é apenas um buraco controlado pelos EUA dentro do qual as pessoas desaparecem. Existem muitos.

Quando se levam em consideração a crescente deterioração dos direitos e liberdades democráticos sob os auspícios do USA PATRIOT Act, por exemplo, isso deveria ser um sinal de que um novo movimento de massa se faz necessário. Felizmente, por causa dos cidadãos britânicos que foram recentemente libertados e deram longas entrevistas coletivas, tivemos condições de obter muito mais informações sobre o que acontece dentro de Guantánamo do que teríamos caso eles não fossem cidadãos britânicos. Que a mídia estava bem mais interessada em cidadãos do Reino Unido do que em cidadãos do Afeganistão ou do Paquistão é extremamente perturbador, já que isso indica que os afegãos que não possuem passaporte britânico ou os iraquianos que sofreram abusos de ordem física e sexual não são considerados dignos de atenção por parte da mídia. Eu só posso dizer que esses são sinais muito assustadores de futuros repressores que muitos de nós temos medo de imaginar.

Mas temos que confrontar essa possibilidade se sentirmos que temos uma

participação na criação de um futuro democrático para os Estados Unidos e para o mundo.

Sua observação sobre a libertação de cidadãos britânicos em Guantánamo parece ilustrar mais uma vez o poder de uma população organizada de pressionar os governos norte-americano e britânico na falta de mecanismos e jurisdição legais para obter sua libertação...

Exatamente.

Você acha que Guantánamo substituiu o presídio de segurança máxima como a maior ameaça de cárcere na imaginação social?

As realidades terríveis de Guantánamo têm efeitos materiais e emocionais em todos aqueles que tiveram a infelicidade de serem aprisionados lá. Mas ela é também esse ambiente social imaginário para todos aqueles que foram rotulados como inimigos. Guantánamo é a tecnologia da repressão que o inimigo supostamente merece. Os presídios militares como Guantánamo tornaram-se possíveis pelo rápido desenvolvimento de novas tecnologias dentro dos presídios domésticos. Ao mesmo tempo, os presídios de segurança máxima foram possibilitados pelas torturas e tecnologias militares. Eu gosto de pensar nos dois como simbióticos. O centro de detenção militar como um local de tortura e repressão não substitui, portanto, o presídio de segurança máxima doméstico (que, de forma incidental, está sendo globalmente comercializado), mas, em vez disso, ambos constituem locais extremos onde a democracia perdeu suas reivindicações. Sob um certo sentido, poderia ser discutido que a ameaça do presídio de segurança máxima até ultrapassa a do centro de detenção militar. Eu não gosto de criar hierarquias de repressão; portanto, não estou bem certa se devo formular essa ideia em tais termos. A questão que levanto é que a normalização da tortura, a tortura *diária* que é característica dos presídios de segurança máxima, pode ter um poder de permanência mais longo do que o presídio militar ilegal. No presídio de segurança máxima, há privação sensorial e tão pouco contato humano, que os prisioneiros são muitas vezes levados ao ponto de usar suas excreções corporais — urina e fezes — como meio de exercitar uma atividade e a liberdade. Essa regularização, essa normalização, pode ser muito mais ameaçadora, especialmente porque é dada como certa e não considerada digna da atenção da mídia. As práticas dos presídios de segurança máxima

nunca são representadas como as aberrações que Guantánamo e Abu Ghraib supostamente são. Ambos vêm sendo representados não como práticas normais ou normalizadoras, mas sim como práticas excepcionais, práticas pelas quais os próprios indivíduos são responsáveis. Os presídios de segurança máxima não podem ser descritos como uma aberração. Eles, hoje, possuem o mais alto nível de classificação de segurança dentro do sistema carcerário doméstico. Costumava ocorrer que um *minimum* implicava um *medium* e um *maximum*. Hoje, o *minimum* implica o *supermaximum* e sabe-se lá o que vem depois disso. Mas é claro que com isso não devemos subestimar os horrores dos presídios militares à margem da lei.

De que forma você acha que esses horrores se relacionam com o ressurgimento de discursos nacionais nos Estados Unidos perdendo a tortura e os assassinatos políticos? Da discussão sobre a tortura do advogado de Harvard Alan Dershowitz, à vista grossa de Bush em relação a Sharon e sua utilização de assassinatos, por que tal assunto está ressurgindo hoje?

Primeiramente, o governo Bush trabalha duro para baixar o nível do discurso político. A simplificação flagrante de termos políticos — seja pelas palavras do presidente Bush ou pela linguagem aparentemente mais sofisticada utilizada por Powell e Rice — não poderia ter ocorrido sem intenção. O rebaixamento do discurso político dá origem a expressões extremas. Você é a favor ou contra o terrorismo, e, se você não aprova o terrorismo, então você deve ser contra ele. E, se você é contra o terrorismo, é exigido que você abrace todas as ideias que são sugeridas pelo governo. A simplificação da retórica política é, em parte, responsável pela facilidade com que essas posições extremistas são expressas e adotadas como normais. O nosso desafio é tornar o discurso mais complexo e deixar bem claro que não se trata apenas de ser contra ou a favor. Pode-se ser contra o regime de Saddam Hussein e, ao mesmo tempo, ser igualmente — ou mais — contrário à agressão militar dos EUA.

Você acha que o fato de o presidente dizer que vai capturar Osama bin Laden vivo ou morto — basicamente declarando uma pena de morte — corresponde à diminuição dos padrões do discurso político? Você acha que isso instiga o povo norte-americano, e até as forças armadas dos EUA, a agir de modo mais à margem da lei e mais violento?

Completamente. Na verdade, quando Bush começou a falar sobre a “caça” a Osama bin Laden, ele anunciou que Bin Laden era “procurado vivo ou

morto”. Segundo a imprensa, indivíduos em algumas partes do país começaram a atirar em sua fotografia para praticar tiro ao alvo e, por conta do grau com que as pessoas convivem com suas representações, foi muito fácil passar disso para o tiro num membro da comunidade sikh, que também se tornou muito facilmente uma materialização do inimigo. Houve muitos exemplos dessas confusões racistas durante o período imediatamente posterior ao 11 de Setembro.

Voltando às observações de Bush sobre Bin Laden, “procurado vivo ou morto”, após o 11 de Setembro, achei digno de nota ele ter evitado o discurso direto, evocando, em vez disso, a analogia do Velho Oeste e as imagens dos cartazes “Procurado vivo ou morto”. Isso evoca reminiscências da região pouco explorada do país, à margem da lei, e da colonização dos índios norte-americanos.

O que é interessante é que ele pode estar instando as pessoas a viajar em suas fantasias porque há uma disjunção entre a oposição ao racismo que as pessoas imaginam expressar — a aceitação da igualdade indígena-americana, por exemplo — e a do real prazer que elas experimentam quando assistem a um *western* com John Wayne, ou quem quer que seja, conseguindo matar todos os índios maus. Por que as pessoas ainda são seduzidas pelo imaginário representado pelas crianças fantasiadas de caubóis e índios? Esse racismo faz parte do imaginário coletivo, da psique coletiva. Ele convida as pessoas a se envolverem num certo tipo de regressão, num tipo de infantilização, de modo que as posições políticas se baseiam mais no entretenimento passivo que as pessoas experimentam do que no comprometimento informado e no envolvimento ativo com as questões. O rebaixamento dos padrões do discurso político encoraja as pessoas a se acomodarem, em vez de investigarem e refletirem, de se erguerem e se engajarem. Eu não estou sugerindo que a emoção sempre deva dar lugar à racionalidade, mas estou dizendo que precisamos reconhecer a diferença. O discurso político simplista ao estilo Bush pode ser menos um sinal da falta de inteligência presidencial do que uma maneira estrategicamente importante de conseguir apoio para a luta global.

O discurso de Bush abre as comportas, desencadeando um dilúvio de fantasia e medo.

O que ele faz é desarmar as pessoas. Bush deprecia a nossa capacidade

crítica. Ele nos convida a esquecer o senso crítico. Eu acho que essa é uma das razões pelas quais tantas pessoas, incluindo progressistas e radicais, logo depois do 11 de Setembro, não puderam concentrar os recursos morais para dizerem o que pensam sobre Bush. Durante as semanas que se seguiram ao 11 de Setembro, conversei com pessoas em Nova York com um longo histórico de radicalismo, e por quem sempre nutri um enorme respeito. Fiquei aturdida ao constatar como elas se sentiam imobilizadas. De muitas maneiras, as pessoas já estavam desarmadas quando Bush começou a falar em “caçar” Bin Laden ou que ele era “procurado vivo ou morto”.

Eu gostaria de voltar ao tópico do ativismo, se pudesse, e do tipo de papel que ele pode desempenhar no fortalecimento das práticas democráticas e críticas, que podem prevenir *este* tipo de política de fantasia. Que lições devemos tirar de movimentos passados de resistência e aplicar em lutas contemporâneas?

Essa é uma pergunta muito difícil, pois o terreno onde as organizações se situam é muito diferente hoje em dia do que era há trinta anos. Nós começamos a entrevista falando sobre esforços organizacionais em torno do meu caso. Existem, como eu disse anteriormente, algumas lições que possuem ressonâncias contemporâneas. Aqui sempre acrescento o desmentido de que isso não significa encorajar a nostalgia daqueles bons e velhos dias revolucionários — nem um pouco. Mas acho realmente, como disse numa série de ocasiões, que existe um senso hoje segundo o qual se espera que os movimentos atuais sejam autogeradores. Há uma falta de paciência. É difícil encorajar as pessoas a refletir sobre lutas prolongadas, movimentos prolongados que exigem cuidadosas intervenções organizacionais estratégicas que nem sempre dependem de nossa capacidade de mobilizar manifestações. Parece-me que a mobilização substituiu a organização, de forma que no momento atual, quando pensamos em organizar movimentos, pensamos em trazer multidões às ruas. Claro que é importante encorajar multidões a dar expressividade por meio de seus corpos e vozes a objetivos coletivos, quer sejam esses objetivos pôr fim à guerra do Iraque, quer sejam em prol dos direitos de reprodução da mulher. Eu sempre pensei que as manifestações fossem para demonstrar o poder potencial dos movimentos. Movimentos em curso, em certos momentos estratégicos, precisam mobilizar e tornar visível qualquer pessoa que seja tocada por um apelo à justiça, igualdade e paz. Nos dias de hoje nos inclinamos a pensar

nesse processo de tornar o movimento visível como a essência do próprio movimento. Se for esse o caso, então os milhões que vão para casa depois da manifestação concluíram que eles não se sentem necessariamente responsáveis por aumentar o apoio à causa. Eles são capazes de retornar a suas origens e expressar sua relação com esse movimento de formas privadas, individuais. Se a manifestação é o grandioso momento público e as pessoas retornam posteriormente a vidas que elas entendem como privadas, então, num certo sentido, concordamos involuntariamente com o impulso corporativo pela privatização.

Organizar-se não é sinônimo de mobilizar-se. Agora que muitos de nós temos acesso às novas tecnologias de comunicação, como a internet e telefones celulares, precisamos pensar seriamente em como elas devem ser mais bem utilizadas. A internet é uma ferramenta incrível, mas ela também deve nos encorajar a pensar que podemos produzir movimentos instantâneos, movimentos modelados com a mesma rapidez que a entrega em casa de um *fast food*.

Quando se organizar está subordinado a mobilizar-se, o que você faz após a bem-sucedida mobilização? Como podemos gerar uma sensação de pertencer a comunidades em luta que não se evapore pelo massacre de nossas rotinas diárias? Como construímos movimentos capazes de gerar o poder de compelir governos e corporações a restringir sua violência? Em última análise, como podemos resistir com êxito ao capitalismo global e a seu impulso pela dominação?

Que fatores você acha que estão impedindo as comunidades de se organizarem hoje? Concordo totalmente com a necessidade de se organizar no dia a dia e com a construção da comunidade, mas eu gostaria de ouvir suas reflexões sobre não se possuir um senso baseado na experiência do começo da década de 1970.

Bem, veja, tudo mudou; portanto, não acho que esse tipo de discussão seria tão proveitoso como outra pessoa poderia achar. Tudo mudou. A base fundamental dos movimentos mudou. A relação entre a profissionalização e os movimentos sociais mudou. A forma de politização mudou. O papel da cultura e a globalização da produção cultural mudaram. Eu não sei como falar sobre essa nova realidade, a não ser encorajando as pessoas a experimentar. Esta é, na verdade, a lição que eu tiraria dos anos 1960 e 1970, quando me envolvi no que eram essencialmente modos experimentais de organizações

convencionais pelos direitos civis. Ninguém sabia se iriam surtir efeito ou não. Ninguém sabia para onde estávamos indo. Eu sempre comento que os jovens hoje reverenciam em demasia as organizações mais antigas, a dos veteranos, e são meticulosos demais em seu desejo de depender de modelos de atuação. Todos querem alguma garantia de que aquilo que fazem terá resultados palpáveis. Eu acho que a melhor maneira de entender o que deve funcionar é simplesmente fazê-lo, a despeito dos erros potenciais que se pode cometer. Deve-se estar disposto a cometer erros. Na verdade, acho que os erros ajudam a produzir novos modos de organização — os modos que unem as pessoas e provocam um avanço na luta pela paz e pela justiça social.

7. Organização norte-americana criada em 1972, na Filadélfia, Pensilvânia, por John Africa e Donald Glassey. Constituída principalmente por afro-americanos, atua na forma de uma rede descentralizada cuja maioria dos membros adotou o sobrenome Africa, defendendo um estilo de vida de “retorno à natureza” e se opondo à tecnologia. (N. T.)

8. Comitê da Câmara dos Representantes dos Estados Unidos criado em 1934 para investigar atividades subversivas no país. (N. T.)

9. Comissão do Congresso dos Estados Unidos composta de negros cujos principais objetivos são defender os interesses das populações afro-americanas e atuar nas campanhas legislativas pelos direitos humanos de todos os cidadãos do país. (N. T.)

10. No sistema carcerário turco, são as prisões onde estão encarcerados os presos políticos. Nelas, existem as pequenas celas (2m x 3m) de isolamento — chamadas do tipo F —, que podem ser solitárias ou com até três presos. Essas celas visam à despersonalização dos detentos, levando-os à deterioração física e psicológica. (N. T.)

Notas

1. Ver Angela Y. Davis, *Uma autobiografia* (São Paulo: Boitempo, 2019).
2. Ver Angela Y. Davis, *Lectures on Liberation* (Nova York: N.Y. Committee to Free Angela Davis, c. 1971 [n.d.]).
3. Ver Joy James, ed., *The Angela Y. Davis Reader* (Malden, MA: Blackwell Publishers, Inc. 1998).
4. David Oshinsky, *“Worse than Slavery”: Parchman Farm and the Ordeal of Jim Crow Justice* (Nova York: The Free Press, 1996).
5. W. E. B. Du Bois, *Black Reconstruction* (Millwood, NY: KrausThomson Organization Limited, 1976 [1935]), 506.
6. Joy James, *Angela Y. Davis Reader*, 80.
7. W. E. B. Du Bois, *Black Reconstruction*, 698.
8. Aqui eu faço referência à noção da democracia *avenir* de Jacques Derrida. Ver Matthias Fritsch “Derrida’s Democracy to Come” *Constellations* Vol. 9, No. 4 (dezembro de 2002).
9. Angela Y. Davis, *Estarão as prisões obsoletas?* (Rio de Janeiro: Difel, 2018).
10. Ver Joy James, ed., *The Angela Y. Davis Reader* (Malden, MA: Blackwell Publishers, Inc. 1998).
11. Orlando Patterson, *Rituals of Blood: Consequences of Slavery in Two American Centuries* (Nova York: Basic Civitas, 1998).
12. Maureen Dowd, “Torture Chicks Gone Wild” *The New York Times*, domingo, 30 de janeiro de 2005, 17.
13. Karen J. Greenberg e Joshua L. Dratel, eds., *The Torture Papers: The Road to Abu Ghraib* (Cambridge e Nova York: Cambridge University Press, 2005).
14. A página da Sisters Inside na internet é <http://www.sistersinside.com.au/>
15. Barbara Ehrenreich, “Feminism’s Assumptions Upended” in Mark Danner, Barbara Ehrenreich, & David Levi Strauss, et. al. *Abu Ghraib: The Politics of Torture* (Berkeley: North Atlantic Books, 2004), 66-67.
16. Angela Y. Davis, *Estarão as prisões obsoletas?* (Rio de Janeiro: Difel, 2018).
17. William Appleman Williams, *Empire as a way of life: An essay on the causes and character of America’s Present Predicament along with a few thoughts about an alternative* (Oxford University Press, 1980), xi.
18. Arundhati Roy, *Public Power in the Age of Empire* (Nova York: Seven Stories Press, 2004).
19. Rachel Meeropol, ed., *America’s Disappeared: Secret Imprisonment, Detainees, and the “War on Terror”* (Nova York: Seven Stories Press, 2004), 179-225.
20. Jane Mayer, “Outsourcing Torture”, *The New Yorker*, 14 e 21 de fevereiro de 2005.
21. Michael Ratner e Ellen Ray, *Guantánamo: What the World Should Know* (White River Junction, Vermont: Chelsea Green Publishing, 2004), 23.

ANGELA Y. DAVIS é conhecida internacionalmente por seu trabalho contínuo de combate a todas as formas de opressão dentro e fora dos Estados Unidos. Ao longo dos anos, ela tem se dedicado ativamente a sua vida de aluna, professora, escritora, acadêmica e ativista/organizadora. Ela é testemunha viva das lutas históricas do período contemporâneo.

O ativismo político de Davis começou quando ela era uma jovem em Birmingham, Alabama, e continuou nos seus anos de ensino médio em Nova York. Mas foi só a partir de 1969 que ela despertou a atenção nacional, após ser destituída de seu cargo de professora no Departamento de Filosofia da UCLA devido ao seu ativismo social e à filiação ao Partido Comunista dos Estados Unidos. Em 1970, foi incluída na lista dos Dez Mais Procurados do FBI sob falsas acusações e se tornou alvo de uma intensa busca policial que a levou à clandestinidade e culminou num dos mais famosos julgamentos da história recente dos Estados Unidos. Durante seus 16 meses de encarceramento, uma enorme campanha internacional, “Free Angela Davis” (“Libertem Angela Davis”), foi organizada, levando à sua absolvição em 1972.

O comprometimento de longa data de Davis com os direitos dos presidiários remonta a seu envolvimento na campanha para libertar os irmãos Soledad, que levou à sua própria prisão. Hoje, ela continua uma defensora da abolição das prisões e desenvolveu uma crítica poderosa ao racismo no sistema da justiça penal. Em 1997, a professora Davis ajudou a criar a Critical Resistance (Resistência Crítica), uma organização nacional norte-americana dedicada ao desmantelamento do complexo industrial-prisional, um tópico que é fundamental para seu trabalho acadêmico e ativismo atuais.

O ex-governador da Califórnia Ronald Reagan uma vez jurou que Davis nunca mais lecionaria na Universidade da Califórnia. De 1994 a 1997, ela teve a notável honra de ocupar a cadeira de chefe do Núcleo de Estudos Afro-

Americanos e Feministas da Universidade da Califórnia. Hoje, ela é professora titular do Departamento de História da Conscientização na Universidade da Califórnia, Santa Cruz.

Angela é autora de vários livros, incluindo *Estarão as prisões obsoletas?*; *Blues Legacies and Black Feminism: Gertrude “Ma” Rainey, Bessie Smith, and Billie Holiday*; *Uma autobiografia*; *Mulheres, cultura e política*; *The Angela Y. Davis Reader*; *Mulheres, raça e classe*. Seu próximo livro, a ser editado pela Columbia University Press, se chamará *Prisons and History*.

Ver <http://www.jcsu.edu/lyceum/angeladavis.htm>

EDUARDO MENDIETA é professor-associado de Filosofia da Stony Brook University. Ele é editor-executivo da *Radical Philosophy Review* e entrevistou, além de Angela Y. Davis, Cornel West, Richard Rorty, Juergen Habermas e Noam Chomsky. Atualmente, está escrevendo um livro sobre filosofia e guerra.

A democracia da abolição

Wikipédia da autora:

https://pt.wikipedia.org/wiki/Angela_Davis

Skoob da autora:

<https://www.skoob.com.br/autor/16424-angela-y-davis>

Goodreads da autora:

https://www.goodreads.com/author/show/5863103.Angela_Y_Davis

Facebook da autora:

<https://www.facebook.com/AngelaDavis26/>

Este e-book foi desenvolvido em formato ePub
pela Distribuidora Record de Serviços de Imprensa S. A.



Estarão as prisões obsoletas?

Davis, Angela
9788574321509
144 páginas

[Compre agora e leia](#)

No país com a maior população carcerária do mundo, Angela Davis — estudiosa, ativista, referência dos movimentos negro e feminista — examina com seu olhar crítico o conceito de encarceramento como punição. Desde os anos 1980, a construção de prisões e a taxa de encarceramento nos Estados Unidos têm crescido exponencialmente, originando uma grande inquietação quanto à proliferação, à privatização e à promessa de grandes lucros a partir do sistema carcerário. No entanto, essas prisões abrigam quantidades desproporcionais de minorias étnicas, deixando entrever o racismo entranhado no sistema. Neste livro, Davis expõe com clareza a situação e nos pede uma reflexão radical, em busca de alternativas aos atuais programas de reabilitação. Com esta última grande abolição da vida norte-americana, pode-se finalmente começar a dismantelar essas estruturas que condenam tantos a uma vida de miséria e sofrimento.

[Compre agora e leia](#)

A MAIS
BELA
HISTÓRIA
DA
FILOSOFIA



LUC
FERRY
—
CLAUDE
CAPELIER


DIFEL

A mais bela história da filosofia

Ferry, Luc

9788528622881

322 páginas

[Compre agora e leia](#)

Uma jornada para entender a história das ideias e um conjunto de ferramentas para o debate contemporâneo. A mais bela história da filosofia conta de maneira clara e acessível a história do pensamento filosófico, da Antiguidade até os dias de hoje. Ao narrar a gênese e o desenvolvimento da obra dos maiores filósofos, Luc Ferry, nesta conversa com Claude Capelier, mostra o que cada um deles trouxe de insubstituível, seus desdobramentos, suas espetaculares mudanças de direção e os conceitos que transformaram radicalmente nossa maneira de pensar. A dupla apresenta a filosofia como uma busca fundamental, ao mesmo tempo milenar e furiosamente atual, que nos aproxima progressivamente da essência do homem.

[Compre agora e leia](#)

ROBERT SERVICE

O ÚLTIMO **TSAR**

NICOLAU II, A REVOLUÇÃO RUSSA
E O FIM DA DINASTIA ROMANOV



O último tsar

Service, Robert

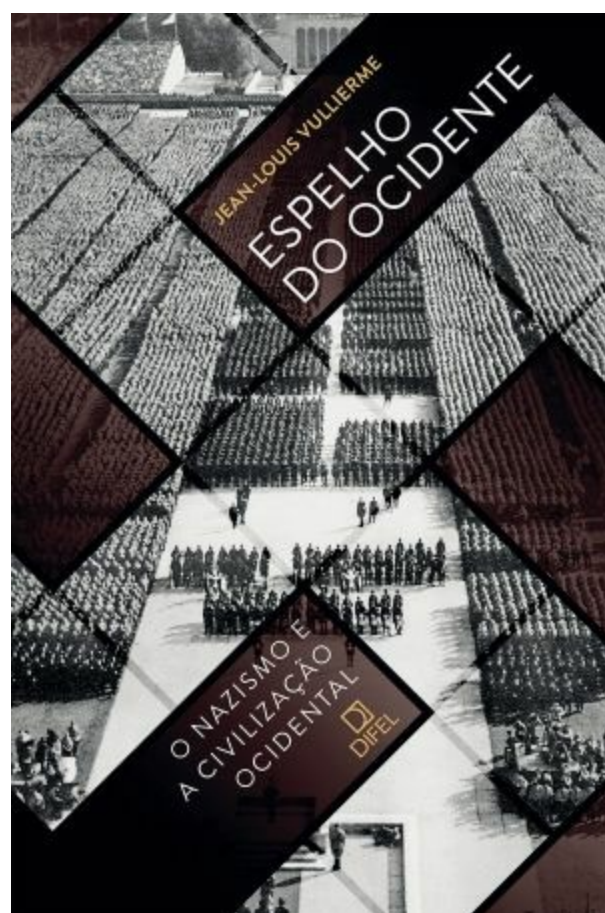
9788574321516

462 páginas

[Compre agora e leia](#)

Um relato surpreendente e nada sentimental da vida de Nicolau II, de sua abdicação a sua execução. Nicolau II não tinha preparo para governar. A falta de formação política fez com que aquele homem tímido tivesse sua vida e suas decisões influenciadas, sobretudo, pela esposa, a imperatriz Alexandra, e acabasse lançando a Rússia na Primeira Guerra Mundial. O país não estava apto para entrar no conflito, e o descontentamento popular cresceu com a escassez de alimento e as perdas militares. Em março de 1917, Nicolau foi forçado a abdicar do trono devido à revolução que eclodiu nas ruas de Petrogrado, enterrando de vez três séculos de Rússia imperial. Nos dezesseis meses posteriores, ficou detido e, em seguida, foi assassinado junto com sua família. O último tsar lança um novo olhar sobre o reinado de Nicolau II, desvelando também o tipo de governante que ele acreditava ter sido e como acabou vítima de uma tragédia pessoal numa nação onde desempenhou um papel de considerável importância. É também um relato do fomento social, econômico e político na Rússia pré-Revolução, da tomada do poder pelos bolcheviques em outubro de 1917 e dos primórdios da república soviética de Lenin.

[Compre agora e leia](#)



Espelho do Ocidente

Vullierme, Jean-Louis

9788574321530

364 páginas

[Compre agora e leia](#)

A origem intelectual do nazismo e do Holocausto; como Hitler se baseou na tradição e nas ideias do chamado mundo ocidental desenvolvido. É comum acreditar que o nazismo é produto de geração espontânea, fruto de mentes doentes e desmoralizadas, e que nasceu a partir da ideologia antissemita e do revanchismo em relação às consequências da Primeira Guerra Mundial. No entanto, a receita para a ascensão e o sucesso de Adolf Hitler era compartilhada por um bom número de intelectuais e empresários, incluindo Henry Ford. Em Espelho do Ocidente, Jean-Louis Vullierme identifica as raízes do episódio mais arrasador da história, analisando sistematicamente o modo de pensar e operar dos nazistas, assim como o vigor com que o extermínio foi empregado como solução.

[Compre agora e leia](#)



Tudo o que precisamos saber, mas nunca aprendemos, sobre mitologia

Davis, Kenneth C.

9788574321417

728 páginas

[Compre agora e leia](#)

Um livro para aprendizes de mitologia, entusiastas do assunto ou qualquer pessoa que goste de uma boa narrativa. De onde viemos? Por que as estrelas brilham e as estações do ano mudam? O que é o mal? Desde o princípio dos tempos, a humanidade vem respondendo a essas perguntas com histórias criativas, que já foram utilizadas pela religião, pela ciência, pela filosofia e pela literatura popular. Neste volume, Davis introduz e explica os grandes mitos universais, bem como as obras de literatura que os tornaram famosos, abordando, entre outros, o mesopotâmico Gilgamesh, o primeiro herói da mitologia; Aquiles e a Guerra de Troia; Stonehenge e os druidas; Thor, o deus nórdico dos trovões; e a vida e as grandes dificuldades enfrentadas pelo homem que se tornou Buda. Sempre informal e instrutivo, o autor mostra por que as narrativas ancestrais sobre deuses e heróis continuam nos emocionando até hoje, em filmes, arte, linguagem e música. @estradadoslivros.

[Compre agora e leia](#)